

cadernos de
TC



Arquitetura Penal

CACP - Anápolis

Centro Alternativo de Cumprimento de Pena

82

Cadernos de TC 2020-1

Expediente

Direção do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Alexandre Ribeiro Gonçalves, Dr. arq.

Corpo Editorial

Alexandre Ribeiro Gonçalves, Dr. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.
Simone Buiati, M. arq.

Coordenação de TCC

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Orientadores de TCC

Pedro Henrique Máximo Pereira, Dr. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Detalhamento de Maquete

Volney Rogerio de Lima, E. arq.

Seminário de Tecnologia

Jorge Villaviscencio Ordóñez, M. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Seminário de Teoria e Crítica

Pedro Henrique Máximo, M. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Expressão Gráfica

Rodrigo Santana Alves
Simone Buiate Brandão, M. arq.

Secretaria do Curso, M. arq.

Edima Campos Ribeiro de Oliveira
(62)3310-6754

Apresentação

Este volume faz parte da coleção da revista *Cadernos de TC*. Uma experiência recente que traz, neste semestre 2020/1, uma versão mais amadurecida dos experimentos nos Ateliês de Projeto Integrado de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (I, II e III) e demais disciplinas, que acontecem nos últimos três semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).

Neste volume, como uma síntese que é, encontram-se experiências pedagógicas que ocorrem, no mínimo, em duas instâncias, sendo a primeira, aquela que faz parte da própria estrutura dos Ateliês, objetivando estabelecer uma metodologia clara de projeção, tanto nas mais variadas escalas do urbano, quanto do edifício; e a segunda, que visa estabelecer uma interdisciplinaridade clara com disciplinas que ocorrem ao longo dos três semestres.

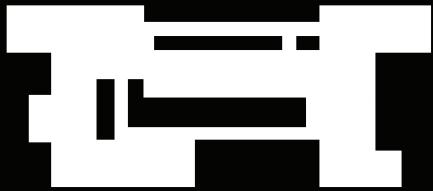
Os procedimentos metodológicos procuraram evidenciar, por meio do processo, sete elementos vinculados às respostas dadas às demandas da cidade contemporânea: LUGAR, FORMA, PROGRAMA, CIRCULAÇÃO, ESTRUTURA, MATÉRIA e ESPAÇO. No processo, rico em discussões teóricas e projetuais, trabalhou-se tais elementos como layers, o que possibilitou, para cada projeto, um aprimoramento e compreensão do ato de projetar. Para atingir tal objetivo, dois recursos contemporâneos de projeto foram exaustivamente trabalhados. O diagrama gráfico como síntese da proposta projetual e proposição dos elementos acima citados, e a maquete diagramática, cuja ênfase permitiu a averiguação das intenções de projeto, a fim de atribuir sentido, tanto ao processo, quanto ao produto final.

A preocupação com a cidade ou rede de cidades, em primeiro plano, reorientou as estratégias projetuais. Tal postura parte de uma compreensão de que a apreensão das escalas e sua problematização constante estabelece o projeto de arquitetura e urbanismo como uma manifestação concreta da crítica às realidades encontradas.

Já a segunda instância, diz respeito à interdisciplinaridade do Ateliê Projeto Integrado de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo com as disciplinas que contribuíram para que estes resultados fossem alcançados. Como este Ateliê faz parte do tronco estruturante do curso de projeto, a equipe do Ateliê orientou toda a articulação e relações com outras quatro disciplinas que deram suporte às discussões: Seminários de Teoria e Crítica, Seminários de Tecnologia, Expressão Gráfica e Detalhamento de Maquete.

Por fim e além do mais, como síntese, este volume representa um trabalho conjunto de todos os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, que contribuíram ao longo da formação destes alunos, aqui apresentados em seus projetos de TC. Esta revista, que também é uma maneira de representação e apresentação contemporânea de projetos, intitulada *Cadernos de TC*, visa, por meio da exposição de partes importantes do processo, pô-lo em discussão para aprimoramento e enriquecimento do método proposto e dos alunos que serão por vocês avaliados.

Pedro Henrique Máximo Pereira, Dr. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.



CACP - Anápolis

Centro Alternativo de Cumprimento de Pena

O presente trabalho, apresentado como conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, visa a discussão sobre o sistema prisional, hoje no Brasil, e como a arquitetura pode agregar no fim proposto por essas instituições.

A realidade atual mostra a ineficácia dos métodos aplicados nesses estabelecimentos e o quão maléfico é a criação de espaços muito mais punitivos do que ressocializadores. Além disso, as discussões nesse âmbito raramente vão além desse retrato dos problemas e pouco se discute sobre novas alternativas às edificações penais. Assim, faz-se necessário, cada vez mais, a abertura desse debate e propostas arquitetônicas de modelos divergentes dos espaços segregadores já conhecidos.

Visando isso, o trabalho exposto propõe uma nova edificação, para a cidade de Anápolis, Goiás. Essa, pautada no fortalecimento das relações intra-muros com a sociedade, na desmistificação dessas unidades, normalmente mau vistas e repudiadas por todos, e num projeto de arquitetura penal humanizado e socialmente inclusivo com foco no principal objetivo dessas instituições: a ressocialização dos apenados.



Laryssa Bárbara F. Balduino
Orientador: Dr. Pedro Máximo
contato: laryssabaldo77@gmail.com

A partir de uma inquietação pessoal, em relação à problemática das instituições que visam o cumprimento de penas privativas de liberdade, surgiu o presente trabalho.

A proposta é uma discussão da influência da arquitetura nesses ambientes, hoje tão hostis e segregadores.

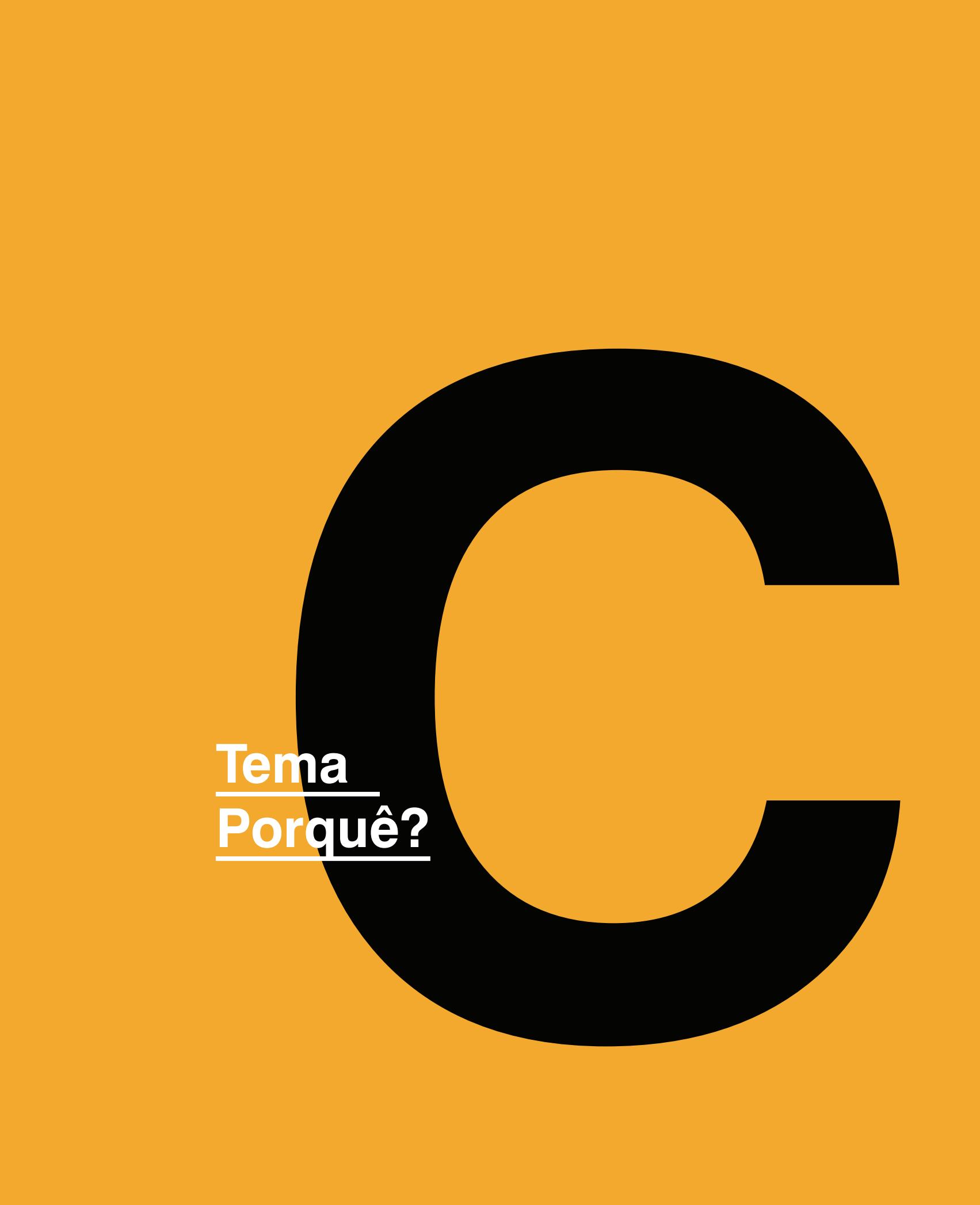
Para isso, o trabalho foi organizado em três partes diferentes. Na primeira tem-se a discussão a cerca do tema, a justificativa dessa escolha, e também a conceituação de alguns termos relevantes à temática, do ponto de vista de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Michael Hardt, entre outros.

Na segunda seção desenrola-se a descrição e o estudo acerca do local onde será implantado o projeto, a cidade de Anápolis, Goiás. Para além da caracterização do lugar, do ponto de vista físico e morfológico, foi apresentado também a demanda programática que o projeto necessita.

Por fim, a terceira parte dispõe de toda a proposta projetual em si, o resultado final do trabalho. Nela estão contemplados a discussão a cerca das decisões de projeto tomadas, as peças gráficas produzidas e toda a explicação programática da edificação proposta.







Tema
Porquê?



[f.2]

xt
ema



O debate a respeito da arquitetura penal torna-se essencial visto a negligência, por parte do Estado e da população, em relação a essas edificações. O problema se agrava com o crescente aumento do número de pessoas privadas de sua liberdade e a elevada taxa de reincidência de quem já passou por essas instituições.

Aliado à esse crescimento da população carcerária, há ainda as péssimas condições das instalações prisionais, a superlotação e a já conhecida forma indiscriminada de aprisionamento. Todos esses fatores culminaram no caos presenciado atualmente no Brasil, de ineficiência do sistema prisional que beira, hoje, o colapso.

É claro que a discussão sobre esse tema envolve várias esferas e setores, visto a grandiosidade do problema. No entanto, o debate da arquitetura prisional, como uma demanda social, é essencial para uma perspectiva de melhoria nesses sistemas.

É fundamental a desmistificação dessas construções segregadoras e a participação da sociedade nesse processo de "recuperação" do apenado. Assim como também é essencial o papel do arquiteto nessa esfera, afinal a profissão está diretamente relacionada ao ambiente criado e as consequências, positivas e negativas que o mesmo pode desencadear no transgressor.

Assim, o presente estudo, com a temática penal, visa a análise da situação atual dos sistemas prisionais e a apresentação de uma proposta arquitetônica mais condizente com os objetivos dessa instituição - de ressocialização dos indivíduos privados de sua liberdade.

A proposta projetual, resultado dessa discussão, é uma unidade de arquitetura penal, divergente dos modelos atuais, com um caráter mais humanizado e socialmente inclusivo para a cidade de Anápolis, Goiás.

LEGENDAS:

[f.1] Imagem do Projeto

[f.2] Presídio Campo Grande. Fonte:
anf.org.br



PUNIÇÃO

[f.3]

X P
orquê?



Como a temática envolve várias opiniões divergentes, faz-se necessário o estudo aprofundado do assunto, para uma melhor análise das formas de intervenção nesse universo tão complexo. Assim, numa busca do entendimento sobre o tema e suas relações mais profundas, destacam-se 3 termos. São eles: Punição, Sociedade Disciplinar e Ressocialização.

Os autores elencados foram escolhidos de forma a agregar visões diferentes do mesmo conceito, ou até mesmo visões semelhantes em épocas históricas diferentes.

PUNIÇÃO

LEGENDAS:
[f.3] Presídio em Minas Gerais. Fonte: infonet.-com.br

Os autores alemães Georg Rusche e Otto Kirchheimer (1939) relacionam a punição ao contexto econômico. Segundo os mesmos todo e qualquer sistema de

produção tende, naturalmente, a desenvolver as suas próprias formas de punição.

A reflexão dos autores, com inspiração marxista, estabelece uma relação estreita entre as formas específicas de punição e determinados estágios do desenvolvimento econômico. Desta forma, a escravidão como uma forma de punição só é possível quando há também uma economia escravista. Ou seja, há uma relação direta, das formas de punição adotadas por uma sociedade, com as suas respectivas relações de produção.

Já para Michel Foucault (1975), o conceito de punição varia de acordo com o tempo e é um instrumento de dominação de classes. Além disso, a punição também é vista pelo autor como uma das tecnologias de poder complexamente articuladas às demais práticas sociais. Foucault explica que até o século XVII a punição estava diretamente relacionada com o suplício, pois o criminoso, ao cometer um delito, ofendia a figura do Rei. Como consequência, deveria ser punido publicamente para que a força do Rei fosse reestabelecida e sua Glória e Poder mostrada a todos.

Já no fim do século XVII e começo do século XIX, com a "queda do Rei" e do regime absolutista, o suplício, que era visto como algo horrível e desumano, passou a ser repudiado por todos. A partir daí o poder de punir começou a se misturar com o poder de disciplinar, colocando o "tempo" em foco. A punição começa então a se tornar velada e atinge outro terreno: o da

SOCIEDADE DISCIPLINAR

RESSOCIALIZAÇÃO

restrição da liberdade. No lugar de marcas profundas na pele, a punição age agora na "suspensão de direitos".

Por sua vez, o sociólogo David Garland (1995), numa abordagem crítica às análises de outros autores, afirma que é necessário uma visão pluralista e multidimensional da punição. O autor defende que a mesma deve ser pensada juntamente com os aspectos sociais como a política, economia e a cultura. Para Garland a teorização é uma forma de ação que se apoia na própria análise da sociedade moderna, visto que a mesma se mostra como pluralista e multidimensional. Ou seja, é necessário uma aproximação do objeto para que seja possível compreender o desenvolvimento histórico e assim desenvolver a prática correta da punição.

Analizando a punição segundo os três autores é possível ver que o conceito dessa prática é muito amplo e deve ser estudado, como defende Garland, do ponto de vista da sociedade moderna. As punições não devem ser analisadas apenas como instrumento de poder, como afirma Foucault e nem apenas do ponto de vista econômico, como nos traz Rushe e Kirchheimer. Faz-se necessário uma teorização para a compreensão da evolução da sociedade e, consequentemente, da evolução da punição.

Na aplicação direta ao cenário atual, brasileiro, é possível ver como as tendências expostas por Garland são visíveis. Encarceramento em massa, maior severidade nas penas e criminalização da miséria. É importante, então, o aprofundamento nas questões de encarceramento no país visto que não há muitas análises sobre como os criminosos percebem a punição que lhes é imposta e, por isso, é impossível ter sucesso nessas práticas.

SOCIEDADE DISCIPLINAR

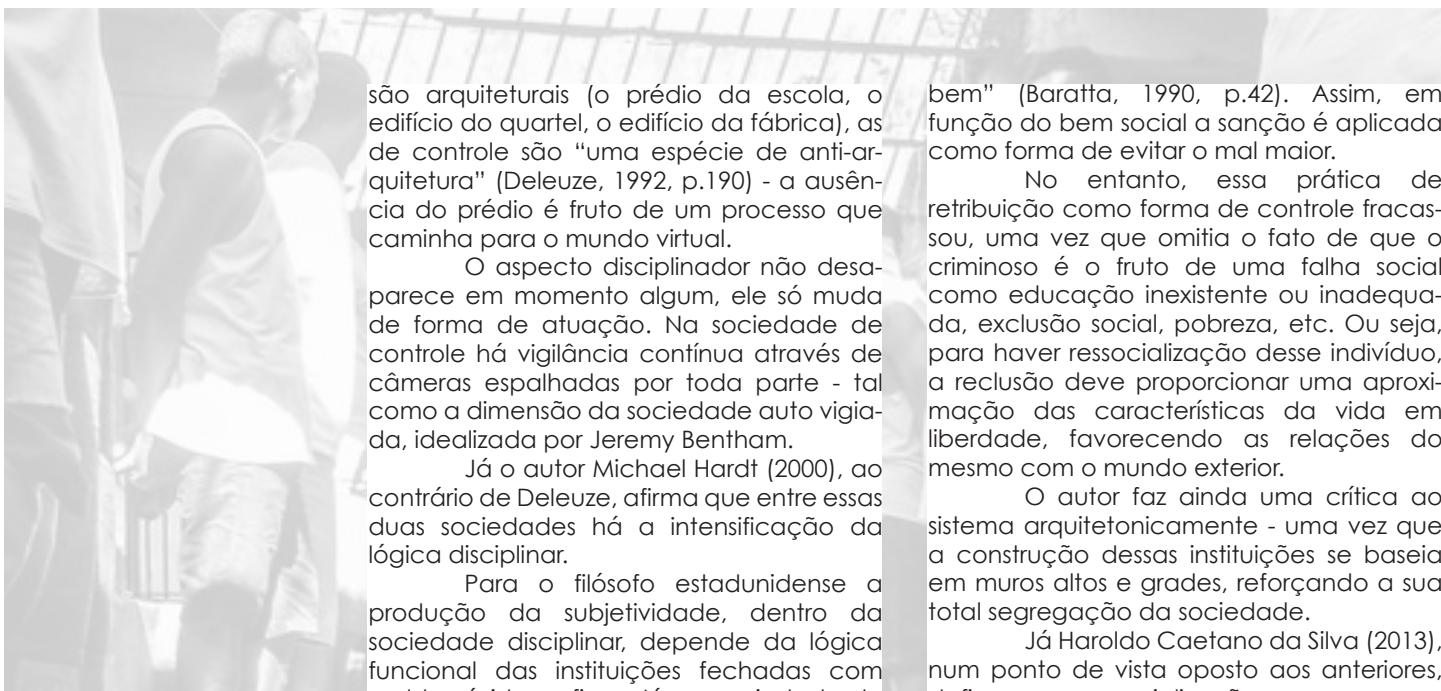
A análise de Foucault (1973) sobre sociedade disciplinar - seguindo seu foco a partir da fábrica de poder, onde a mesma se sustenta sobre o estudo da forma-prisão como forma social - conduz ao entendimento do que o mesmo chama de "sociedade de poder disciplinar" (Foucault, 2015, p.240), fundada na aquisição de hábitos que valem como normas sociais.

Para o autor "o par vigiar-punir se instaura como relação de poder indispensável para a fixação dos indivíduos no aparelho de produção" (Foucault, 2015, p.201). O verbo disciplinar é, então, relacionado aos procedimentos de normas sociais. O domínio sobre o corpo dos indivíduos corresponde à transformação desses corpor em força de trabalho, para que os mesmos se tornem úteis e dóceis. Isso, claro, com foco na produção capitalista e na valorização do capital.

Segundo Foucault é mais efetivo controlar e manipular a multiplicidade da sociedade moderna, do que violenta-la. Ou seja, é mais fácil, e também mais barato, vigiar do que punir - o panóptico.

Gilles Deleuze (1992), 20 anos após a conceituação de Foucault, busca explicar a transformação ocorrida na passagem da modernidade para a contemporaneidade que ocasionou na mudança de modelo de sociedade - a sociedade de controle. Essa, segundo o mesmo, está um passo à frente da sociedade disciplinar e funciona através de "controle contínuo e comunicação instantânea" (Deleuze, 1992, p.185).

Segundo Deleuze é possível diferenciar o aspecto arquitetônico nos dois conceitos. Enquanto as sociedades



são arquiteturais (o prédio da escola, o edifício do quartel, o edifício da fábrica), as de controle são "uma espécie de anti-arquitetura" (Deleuze, 1992, p.190) - a ausência do prédio é fruto de um processo que caminha para o mundo virtual.

O aspecto disciplinador não desaparece em momento algum, ele só muda de forma de atuação. Na sociedade de controle há vigilância contínua através de câmeras espalhadas por toda parte - tal como a dimensão da sociedade auto vigiada, idealizada por Jeremy Bentham.

Já o autor Michael Hardt (2000), ao contrário de Deleuze, afirma que entre essas duas sociedades há a intensificação da lógica disciplinar.

Para o filósofo estadunidense a produção da subjetividade, dentro da sociedade disciplinar, depende da lógica funcional das instituições fechadas com moldes rígidos e fixos. Já na sociedade de controle, ainda segundo Hardt, há outros dispositivos de subjetivação que não se limitam apenas a lugares físicos mas que atuam também através da disseminação própria da máquina capitalista. "A não-definição do lugar da produção corresponde à indeterminação da forma das subjetividades produzidas" (Hardt, 2000 p.370).

Numa análise às teorias levantadas é possível acompanhar a evolução do conceito ao longo do tempo. Onde primeiramente a disciplina foi inserida como meio de controle da produção, fazendo jus ao capitalismo. Posteriormente, com a chegada da era contemporânea, e também com as mudanças ocorridas na sociedade, o modelo disciplinar passa a ser mais velado, um tipo de controle aberto e contínuo, se transformando em uma sociedade de controle.

E junto com esse novo modelo de sociedade nasce também, intríseco, a sociedade auto vigiada, como forma de proteção de si mesmo, o indivíduo precisa se sentir observado para ter segurança.

RESSOCIALIZAÇÃO

Na Lei de Execução Penal Brasileira, nº 7.210/84, é possível encontrar menções à necessidade e ao direito da ressocialização por parte do reeducando. É previsto ainda o assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa ao egresso.

O autor Alessandro Barratta (1990) reforça essa ideia conceituando o criminoso como "um elemento negativo e disfuncional do sistema social. O desvio criminal é, pois, o mal; a sociedade constituída, o

bem" (Baratta, 1990, p.42). Assim, em função do bem social a sanção é aplicada como forma de evitar o mal maior.

No entanto, essa prática de retribuição como forma de controle fracassou, uma vez que omitia o fato de que o criminoso é o fruto de uma falha social como educação inexistente ou inadequada, exclusão social, pobreza, etc. Ou seja, para haver ressocialização desse indivíduo, a reclusão deve proporcionar uma aproximação das características da vida em liberdade, favorecendo as relações do mesmo com o mundo exterior.

O autor faz ainda uma crítica ao sistema arquitetonicamente - uma vez que a construção dessas instituições se baseia em muros altos e grades, reforçando a sua total segregação da sociedade.

Já Haroldo Caetano da Silva (2013), num ponto de vista oposto aos anteriores, define a ressocialização como uma "proposta hipócrita, antidemocrática e incoerente". Segundo o mesmo não é possível conciliar prisão e ressocialização, porque se supõe que as prisões possam, por alquimia, transformar os atos violentos em algo essencialmente bom.

Para Silva "violência se combate mediante a implementação de direitos humanos, não com a restrição. A sociedade será melhor quanto melhor compreender a dimensão e a importância do princípio da dignidade humana. Manicômios são instituições superadas. De nada servem para uma sociedade que se pretenda justa, democrática e solidária. Prisões são ruins hoje e serão sempre, [...] ela só é capaz de devolver à sociedade um homem pior. [...] A prisão deve ser substituída, sempre que possível, por outros instrumentos na resolução de conflitos." (Silva, 2013, p.215)

Em suma é possível notar, em todos os autores e conceitos levantados, primeiro a ilegalidade da prisão hoje no Brasil, visto que não cumpre a própria lei que a prevê. E em segundo, a necessidade de uma intervenção urgente nessas instituições, principalmente com a participação da sociedade na construção dessa ressocialização tanto comentada. Caso isso não ocorra permaneceremos estagnados, reféns dos já conhecidos resultados do encarceramento em massa. Além do que nunca conseguiremos evoluir como sociedade.

Assim, a proposta projetual é a construção de uma instituição próxima a uma "prisão" mas divergente tanto na sua forma de atuação como também na sua forma arquitetônica, constantemente criticada por todos os autores, uma vez que segregar o criminoso da própria sociedade.

LEGENDAS:
[f.4] Penitenciária Segurança Máxima do Ceará. Fonte: economia.estadao.com.br

[f.5] Gráfico População Prisional no Brasil por Unidade da Federação. Fonte: Depen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduíno.

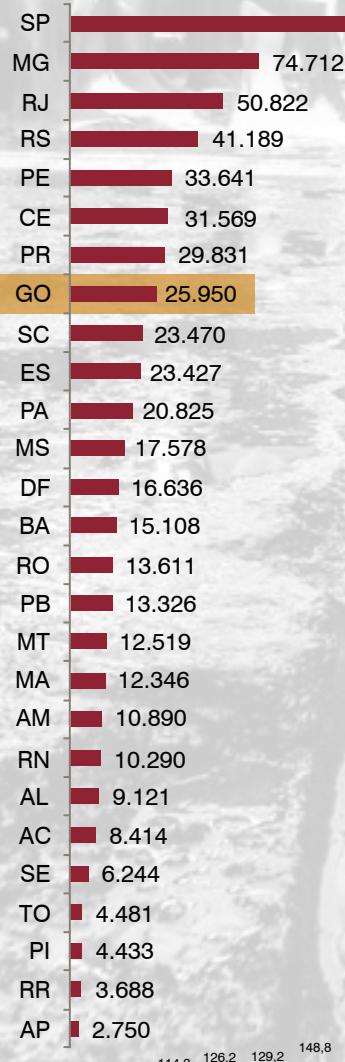
[f.6] Gráfico Dados de Aprisionamento no Brasil. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduíno.

[f.7] Gráfico Pessoas Privadas de Liberdade (em mil) entre os anos de 1990 e 2019. Fonte: Depen, 2019. Produção: Laryssa Balduíno.



[f.4]

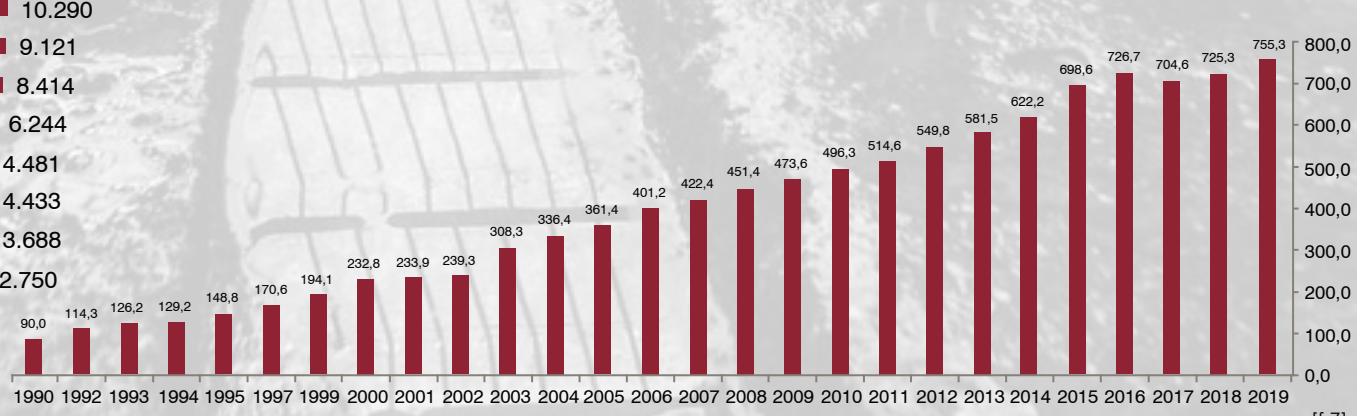
Os Dados



[f.5]

Brasil - Dezembro de 2019**População Prisional** 755.274**Número de Vagas** 442.349**Déficit de Vagas** 312.925**Taxa de Ocupação** 170,7%**Taxa de Aprisionamento** 359,4**Taxa de Reincidência** 46,3%

[f.6]



[f.7]

Goiás - Dezembro de 2019

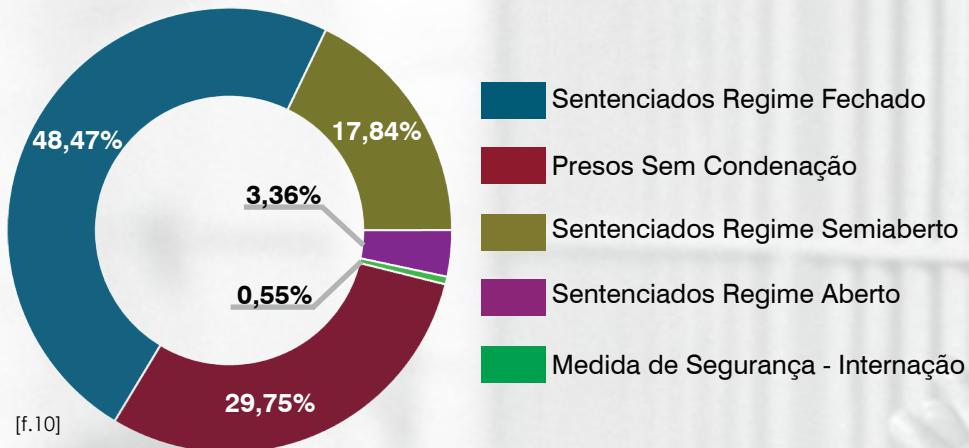
Número de Habitantes	7.018.354
População Prisional	25.950
Número de Vagas	14.108
Déficit de Vagas	11.842
Taxa de Ocupação	183,9%

[f.8]

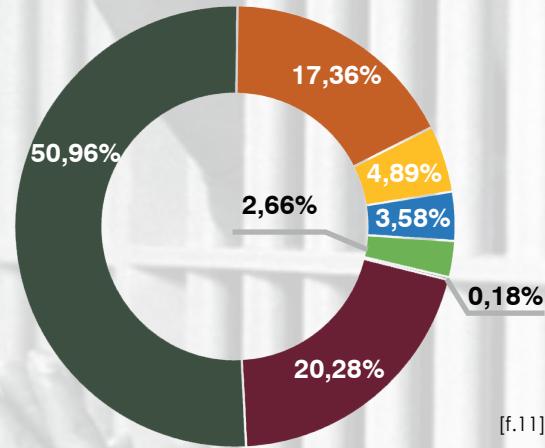
Anápolis - Dezembro de 2019

Número de Habitantes	386.923
População Prisional	1.132
Número de Vagas	944
Déficit de Vagas	188
Taxa de Ocupação	119,9%

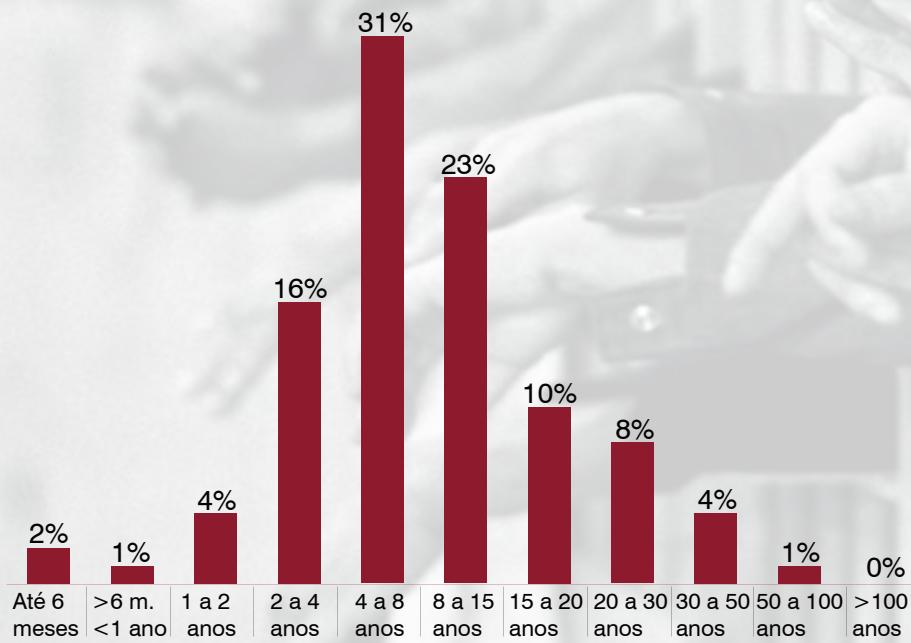
[f.9]



[f.10]

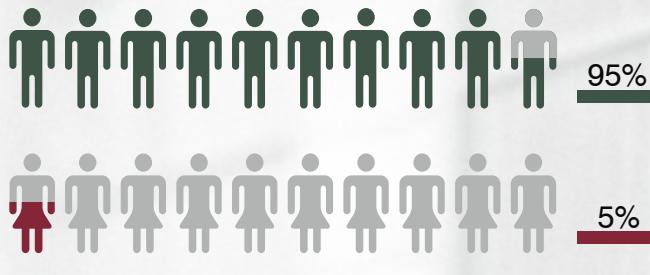


[f.11]



[f.12]

PERFIL DO USUÁRIO



[f.13]

Masculino

95%

Drogas
Crimes Contra o Patrimônio
Crimes Contra a Paz e Fé Pública

Indígenas 0,13%

Amarelos 0,65%

Brancos 37,22%

Pretos e Pardos 61,67%

[f.14]

Pena Máxima
4 Anos

23%

71%

O Brasil ocupa, hoje, o terceiro lugar no ranking de países com maior população carcerária. Com cerca de 755.274 pessoas encarceradas (Infopen, 2019), o país só fica atrás dos Estados Unidos, com 2.145.100 pessoas atrás das grades, e da China, com o número de 1.600.000 presos.

Partindo desse panorama geral para os Estados que compõem o país, é possível notar uma variação significativa entre as diferentes Unidades da Federação. Tem-se em uma ponta São Paulo, em avançado primeiro lugar, com 231.287 presos, e em último lugar o Amapá, com 2.750 pessoas encarceradas.

O estado de Goiás, local de estudo, ocupa hoje a 8º posição nesse ranking, com cerca de 25.950 pessoas privadas de sua liberdade, representando aproximadamente 3,41% do total da população prisional brasileira. Anápolis, por sua vez, conta com 0,30% da sua população atrás das grades, ou seja, 1.132 indivíduos.

Um ponto bastante comentado nas mídias, e que é do conhecimento de todos, é a superlotação das unidades prisionais. Esse fator, na maioria das vezes, contribui para a falta de controle das autoridades sob essas instituições, instiga rebeliões frequentes e impossibilita a separação dos detentos por tipo de delito.

Porém, e ao contrário do que se imagina, a solução não é a criação de novas vagas, mas sim a mudança na forma como o Estado prende e pune os infratores.

Um dado alarmante é a quantida-

de de presos mantidos nessas unidades mesmo sem condenação (cerca de 30%). Além desse fator os detentos são distribuídos dentro das instituições de forma indiscriminada (para assim não dizer por interesses). Vê-se por exemplo que, em relação aos tipos de crimes cometidos, a grande maioria (quase 51%) representam apreensões por crimes contra o patrimônio, logo em seguida vem os crimes relacionados às drogas (cerca de 20%). Não seria então o caso, repensar as políticas antidrogas no Brasil, ao invés de contribuir diariamente para o fortalecimento do tráfico dentro e fora dessas instituições? Ou, visto que 61% das pessoas presas no país são negras, grande parte jovens, com pouca ou nenhuma escolaridade, vivendo às margens, sobrevivendo das sobras, não seria também o caso de repensar as políticas públicas e agir antecipando "o crime"? É claro que isso sairia muito mais em conta para o Estado - atualmente se gasta cerca de 1,7 mil reais por mês, com cada presidiário - porém não é esse o interesse dos envolvidos...

Sendo assim, e tendo em consideração todos os dados levantados, o projeto visa propôr uma nova alternativa para "desafogar" o sistema carcerário atual e ainda contribuir diretamente para o retorno do apenado à sociedade sem maiores consequências. Por isso, definiu-se que o projeto seria destinado a homens, condenados à até 4 anos, por "crimes leves" como drogas, crimes contra o patrimônio e também contra a paz e fé pública.

LEGENDAS:

[f.8] Gráfico Dados de Goiás. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.9] Gráfico Dados de Anápolis. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.10] Gráfico Detentos por Tipo de Regime. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.11] Gráfico de Tipificação de Crimes. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.12] Gráfico de Tempo Total de Penas. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.13] Gráfico do Sexo dos Detentos. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

[f.14] Gráfico da Cor dos Detentos. Fonte: Infopen, Dezembro/2019. Produção: Laryssa Balduino.

Lugar
Aspectos do Entorno
Programa



[f.15]

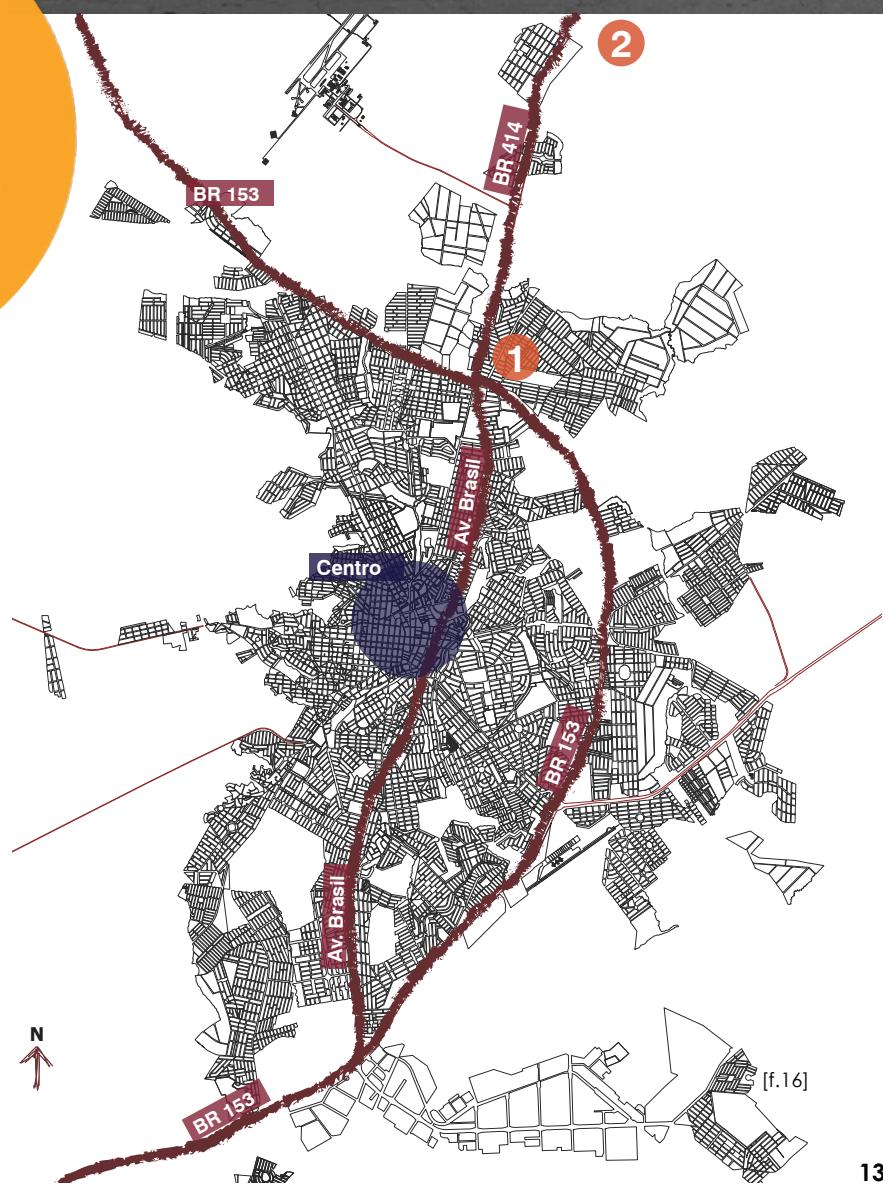
X Lugar



HOJE EM DIA

Atualmente a cidade de Anápolis conta com duas instituições carcerárias: a Unidade Prisional de Anápolis, também conhecida como Centro de Inserção Social Monsenhor Luiz Ilc (nº 1 no mapa), e o Presídio Estadual de Anápolis (nº 2 no mapa). O primeiro fica situado no Jardim das Américas 3º etapa, e o segundo em uma zona rural, próximo ao Bairro Jardim Promissão.

Segundo os dados divulgados pelo Infopen, de dezembro de 2019, a Unidade Prisional de Anápolis conta com aproximadamente 839 presos, que ocupam o total de 651 vagas. Ou seja, uma taxa de ocupação de 128,9%. Já o Presídio Estadual de Anápolis, possui 293 vagas e uma população também de 293 detentos - esse controle ocorre porque se trata de uma unidade de segurança máxima, e a superlotação colocaria a segurança em risco.



PRECONCEITO

PARTICIPAÇÃO

No mapa é possível notar que ambas as unidades estão locadas em uma região periférica da cidade reforçando, ainda mais, a ideia de segregação socioespacial desses indivíduos. Além disso, as condições relatadas intramuros não difere das demais unidades do país - condições precárias e desumanas é o cenário corriqueiro nesses estabelecimentos.

Esse meio de punição à carne reforça ainda mais a opinião defendida pela sociedade, em geral, que esbraveja a ideia de "justiça" mascarando o ódio, medo e vingança outrora experimentos pela mesma.

A MUDANÇA

Contrapondo o cenário atual das unidades prisionais de Anápolis, o terreno escolhido fica localizado na área central da cidade.

Esta escolha está diretamente relacionada com o foco principal da unidade proposta - a ressocialização. É essencial que o estigma e o preconceito em relação aos detentos, e até mesmo às próprias instituições, seja quebrado e que a sociedade perceba as influências negativas da sua ausência e omissão frente aos atuais sistemas penais. Só assim, a mesma passará a participar ativamente nesse processo tão importante e decisivo, não só na vida dos encarcerados, mas também de toda a população.

E, para fomentar e encorajar essas trocas, a proposta é inserir a edificação em um local de fácil acesso por todos. Para isso, nada melhor que o Centro da Cidade!

Trata-se de uma área extremamente valorizada, fortemente consolidada e com toda a infraestrutura necessária para a proposta do projeto.

Além disso, o local escolhido, marcado pelo cruzamento da Rua Benjamin Constant com a Avenida Federal,

LEGENDAS:

[f.15] Galpão do Antigo Arroz Delta. Produção: Laryssa Balduíno.

[f.16] Mapa de Anápolis com Instituições Carcerárias Atuais. Produção: Laryssa Balduíno.

[f.17] Mapa de Anápolis com Local da Nova Proposta. Produção: Laryssa Balduíno.



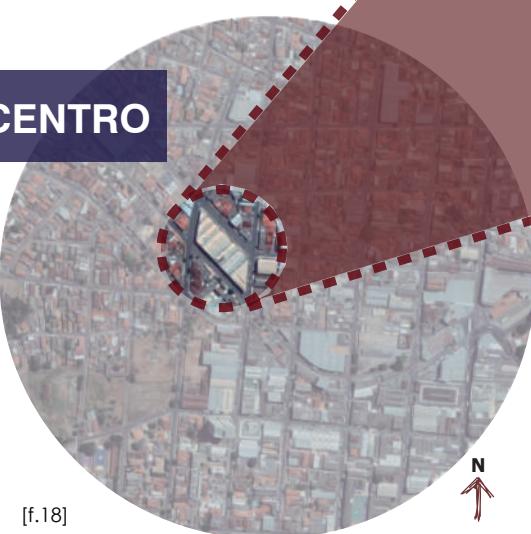
JULGAMENTO

também possui resquícios de uma época bastante importante para Anápolis, e que contribuiu muito para a vocação da cidade: a época industrial. O próprio terreno e o entorno mais imediato conta com vários galpões: alguns ainda com a função principal de armazenamento de grãos e mercadorias, outros com novos usos, e outros ainda ociosos, em uma área extremamente privilegiada da cidade.

Assim sendo, o local mais apropriado, tendo em vista o porte do projeto proposto e todas as vantagens que o setor Central oferece, é o galpão do antigo Arroz Delta. O edifício encontra-se hoje totalmente subutilizado, inserido em um terreno com 3 metros de cimento no sentido sudeste. O galpão possui, aproximadamente, seis mil metros quadrados de área, um perímetro de 344 metros, e um gabarito com cerca de 10 metros de altura.

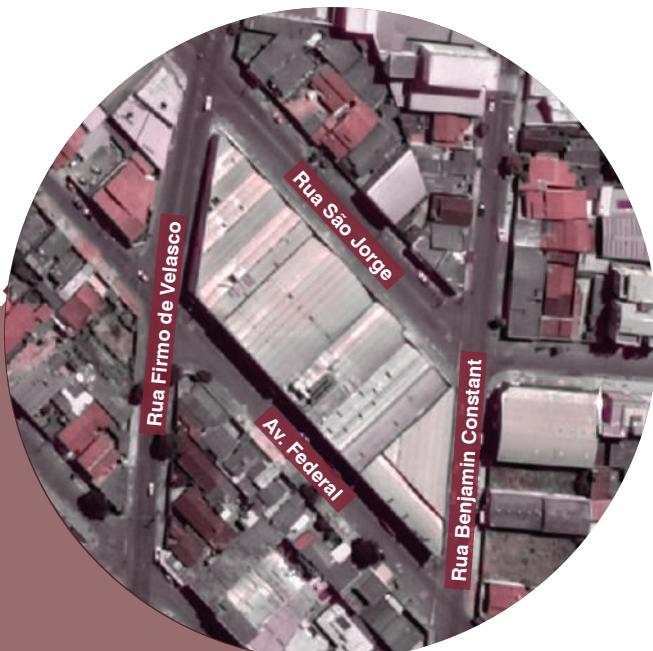
Outra grande vantagem dessa localização é a quantidade de fluxo, principalmente de pedestres, que o projeto irá agregar. Por ser uma região extremamente comercial e residencial, os fluxos se concentram em horários comerciais. E isso leva a um grande problema, já experimentado por áreas centrais de várias cidades, a falta de vitalidade em períodos não comerciais.

CENTRO

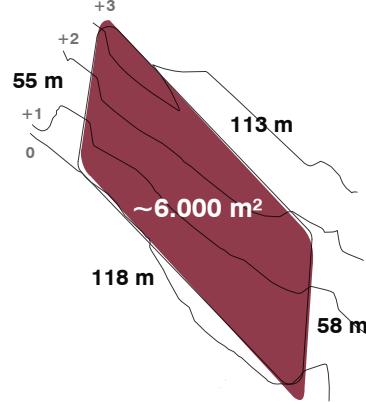


[f.18]

Trata-se, portanto, de uma escolha bastante benéfica para a cidade, uma vez que visa promover a vitalidade, trazendo mais segurança para uma área que, hoje em dia, representa medo e perigo. Então, nada melhor que uma obra arquitetônica que promova a ressocialização dos detentos, que atenda necessidades básicas de moradores do entorno e até bairros vizinhos, incentivando cada vez mais a participação da sociedade nessas instituições - o que garantidamente é a escolha mais acertada, a participação ao invés do preconceito e julgamento.



[f.19]



[f.20]

LEGENDAS:
[f.18] e [f.19] Vista Satélite de Anápolis.
Fonte: Google Earth 2018. Produção: Laryssa Balduíno.

[f.20] Geometria e Metragem do Terreno Escolhido. Produção: Laryssa Balduíno.



[f.21]



LEGENDAS:

[f.21] Galpão Utilizado no Projeto. Fonte: Laryssa Balduino, 2019.

[f.22] Mapa Sistema Viário. Produção: Laryssa Balduino, 2019.

[f.23] Mapa Gabarito. Produção: Laryssa Balduino, 2019.

[f.24] Mapa Uso do Solo. Produção: Laryssa Balduino, 2019.

A área de intervenção conta com acessos possíveis nas 4 fachadas e está circundada por vias coletoras, onde a velocidade máxima é de 40 km/h. Além disso, há também as vias locais restritas, normalmente aos proprietários dos galpões, que acaba servindo de apoio para cargas e descargas.

Em relação aos usos é possível notar uma predominância de residências e pontos comerciais, visto se tratar de uma parte da área Central de Anápolis.

O gabarito, por sua vez, é predominantemente de 1 pavimento, compondo um cenário homogêneo e bastante regular, no geral.

Como visto anteriormente, um dos grandes problemas das instituições carcerárias é o acesso. Por isso, a locação da nova proposta visa maximizar todos os possíveis acessos e fluxos necessários.

Assim sendo, o projeto se encontra a apenas 7 minutos, a pé, do Terminal Urbano e 30 minutos, a pé, do Terminal Rodoviário. Garantindo que tanto os visitantes de Anápolis como de outras cidades possam estar com seus entes sem maiores dificuldades, afinal o vínculo familiar é essencial no processo de ressocialização. Além disso, o terreno também está próximo das principais praças da cidade, como a Praça Bom Jesus (11 minutos a pé), a Praça Americano do Brasil (9 minutos a pé) e a Praça das Mães (13 minutos a pé). Isso assegura aos visitantes um suporte cultural mais confortável e também oferece aos ex-detentos uma possibilidade maior de convívio com a população local.

Terminal Urbano de Anápolis

	7 min.
	3 min.

Praça Americana do Brasil

	9 min.
	4 min.

Praça Bom Jesus

	11 min.
	3 min.

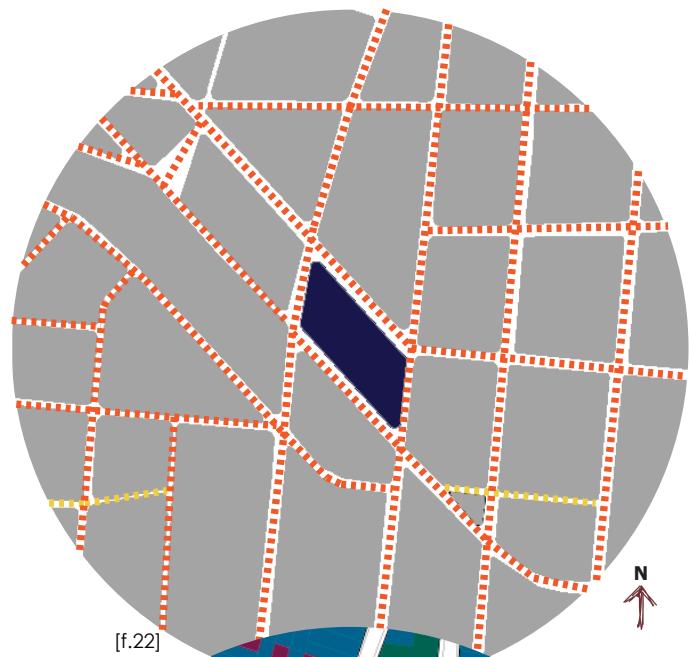
Praça das Mães

	13 min.
	4 min.

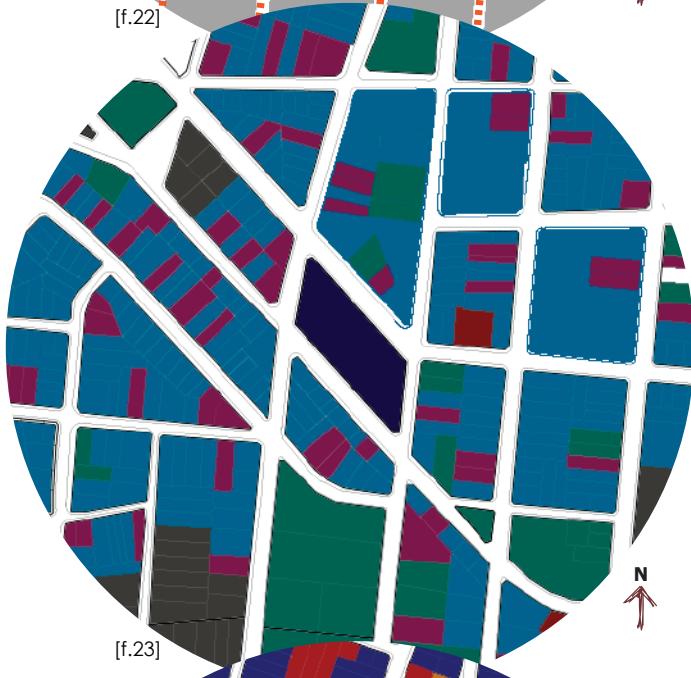
Terminal Rodoviário de Anápolis

	30 min.
	5 min.

VARIO



GABARITO



U
S
O
S





[f.25]



Como já mencionado anteriormente, um dos grandes problemas da ilegalidade da prisão no Brasil é o não cumprimento da Lei. Afinal, uma vez que o crime é violar a lei, a pena deve ser cumprida dentro da mesma. Caso contrário não há lei, não há crime e nem há pena, só violências de um lado e de outro e o já conhecido caos patrocinado pelo "Estado".

Têm-se como exemplo a LEP nº 7.210, que assegura a todos os detentos direito à assistência material, à saúde, assistência jurídica, educacional, social e também religiosa. Algo que raramente se vê nessas instituições.

Então, contrapondo o cenário atual e propondo o devido cumprimento das leis, o programa dessa nova proposta visa atender a todas as necessidades dos detentos, dando também todo o suporte às famílias envolvidas.

LEGENDAS:

[f.25] Galpão Utilizado no Projeto. Fonte: Laryssa Balduino, 2019.

[f.26] Gráfico sobre Programa. Produção: Laryssa Balduino.

Desse modo, o programa se estrutura em cinco pontos que, trabalhados simultaneamente, auxiliarão no processo de ressocialização dos egressos e ainda incentivarão a participação da sociedade nessas instituições.

O primeiro ponto está relacionado à habitação. É essencial que os internos tenham acesso a boas condições de higiene, para assim evitar todas as doenças, contagiosas ou não, que dominam as prisões brasileiras. Toda essa parte representa cerca de 42,5% da área do projeto.

Outro pilar do projeto é a parte institucional, ela envolve toda a área administrativa, a parte de serviços do complexo e também as áreas de circulação. Todo esse conjunto compõem, aproximadamente, 21,3% do total projetado.

E como mencionado previamente, e defendido por vários autores do ramo, a ressocialização só pode acontecer se houver a participação da sociedade nos processos dessas instituições. Assim sendo, um dos pilares determinantes do projeto é o envolvimento da população em várias etapas do processo. Por isso, foram implantados espaços programados para receber cadastramento de benefícios do governo e até mesmo cadastros em oportunidades de emprego, com uma agência SINE (Sistema Nacional de Emprego). Além disso, há também um restaurante popular que servirá toda a população do entorno. Todos os pre-



paros e até mesmo o serviço será realizado pelos internos. Assim, as pessoas poderão quebrar o estigma que há sobre um detento. Toda essa parte, voltada para o fortalecimento da conexão entre a população e os internos, representa cerca de 10,8% do projeto.

Outro pilar considerado imprescindível nesse processo é a assistência à educação e trabalho. Assim, a proposta visa a oferta de atividades laborais em diferentes áreas como na cozinha, na fábrica e até mesmo na oficina de reparos. Além disso, também há oferta de aulas, visto a precária escolaridade dos detentos, e também o acesso às artes, em forma de dança, pintura e teatro. Esse alicerce do projeto, que envolve trabalho e educação, significa cerca de 17,1% de toda a área projetada.

Por fim, mas não menos importante, tem-se o pilar da assistência ao interno. Assistência essa garantida por lei e raramente cumprida pelas instituições. Acesso à saúde, à advogados, psicólogos, dentistas e demais profissionais é essencial nessa busca da ressocialização. Assim como é importante também a prática de esportes e o culto religioso. Por isso esse é um ponto indispensável, pois garante dignidade e alívio para os detentos. Toda essa parte representa, aproximadamente, 8,1 % do projeto e é, tal como todos os outros pilares, imprescindível para todos os internos.

[f.26]



Nova Alternativa
Proposta Projetual
Projeto



[f.27]



Seguindo o que já se aplica na maioria das instituições prisionais no Brasil, o projeto seguirá o sistema progressivo de pena. Nesse sistema a ideia central é a diminuição do tempo de punição com relação ao regime imposto que, supostamente, é o "quanto" de segregação social o apenado terá que aguentar. A progressão usa então do lapso temporal se baseando em educação e em trabalho.

Assim sendo, e como previsto no artigo 126 da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), o condenado terá direito a redução de 1 dia da sua pena, a cada 3 dias de trabalho e/ou estudo (cumprindo jornada de 6 a 8 horas por dia). A mesma prevê ainda que só é possível a migração do regime fechado, para os regimes aberto ou semiaberto, após o cumprimento total de 1/4 do tempo previsto de aprisionamento,

fator esse que foi seguido à risca na nova proposta de remissão de pena.

Desta forma, primeira decisão projetual, visto a ideia de progressão do regime, foi a verticalização da edificação. Com isso, torna-se possível um "fluxo" de egressos no sentido descendente. O detento, após receber a sua sentença, é levado até o último andar onde começa a cumprir o seu regime. Ao longo do tempo o mesmo vai avançando para os estágios abaixo, passando por todas as regalias e obrigações de cada etapa, até poder estar novamente em sociedade (figura 28).

Assim, é aplicada a punição prevista pelo Estado, de privação da liberdade, sem infrigir nenhum direito do apenado. Desta forma assegura-se que o mesmo tenha toda a assistência necessária para voltar a conviver em sociedade, diminuindo o risco de reincidência.

Para determinar então como acontece essa progressão, e qual o tempo possível de redução de pena em cada estágio, o projeto foi dividido em 5 diferentes partes. A divisão foi feita seguindo a ordem descendente, do último andar até o pavimento térreo.

A primeira fase, o estágio 1, foi nomeado de Reclusão Máxima 1, onde se cumpre o regime fechado. Como esse é o primeiro contato do reeducando com o sistema e, por isso, considerado uma preparação do mesmo a essa nova realidade, não há progressão de pena nesse regime. Independente da condenação, os reclusos terão de permanecer nessa fase pelo período de 1 mês completo.

LEGENDAS:
[f.27] A Nova Chance.
Fonte: acritica.com.
Produção: Laryssa
Balduino

O estágio 2 por sua vez, nomeado de Reclusão Máxima 2 também se destina ao cumprimento da pena em regime fechado. Porém, nessa etapa o apenado pode conseguir a remissão com trabalho e estudo, sendo permitido até 4 horas diárias nessas atividades. Uma pessoa condenada a 9 meses de reclusão, por exemplo, pode reduzir até 6 dias da sua pena total, nessa fase.

Por sua vez o estágio 3, intitulado de Reclusão Média 1, também com aplicação do regime fechado, permite que o interno cumpra até 6 horas diárias entre estudos e trabalho. Assim, e dependendo do tempo total de condenação, o mesmo pode ter a remissão de até 25 dias da pena imposta - isso apenas nessa etapa.

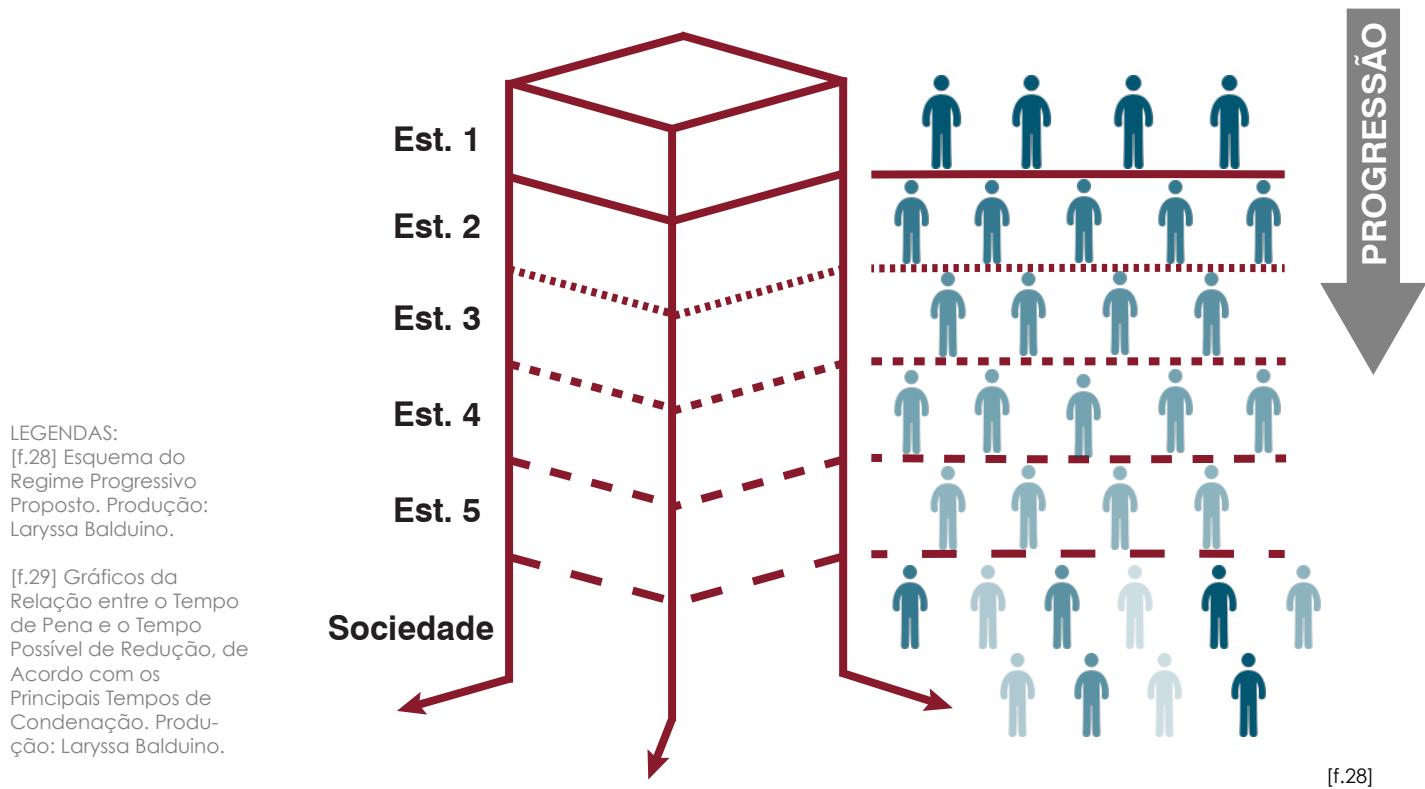
No estágio 4, nomeado como Reclusão Média 2, ainda é aplicado o regime fechado. Nessa fase permite-se que o apenado cumpra até 8 horas diárias, no total, de estudo e/ou trabalho. Desta forma, uma pessoa condenada a 9 meses, por exemplo, têm o direito de reduzir até 13 dias do total da sua pena, caso cumpra com as 8 horas diárias previstas nessa fase.

Por fim o estágio 5, denominado como Reclusão Mínima, funciona nos regimes semiaberto e aberto onde os apenados podem trabalhar e estudar fora, retornando para dormir na instituição, ou ainda trabalhar e estudar na mesma, e ter o

direito de dormir em suas casas. E, mesmo com a progressão do regime fechado para o semiaberto ou aberto, o egresso continua tendo todo o apoio e suporte da instituição, e ainda consegue remissão de pena caso cumpra com todos os seus deveres. Podendo assim, ficar totalmente livre, e amparado, o quanto rápido for possível. Por isso, nessa fase a remissão pode representar, em alguns casos, até meses a menos no tempo de reclusão.

Para o adequado funcionamento de todas as fases e organização do fluxo, de acordo com a capacidade da edificação (de 550 pessoas), fez-se a divisão da pena (dos principais períodos de condenação que o projeto abrange) ao longo das fases citadas anteriormente. Com essa divisão, e o tempo possível de remissão da pena em cada estágio, foi possível calcular o quanto é factível reduzir em cada etapa, como mostra o gráfico ao lado.

A proposta central é, de fato, promover o menor tempo possível em cárcere, seguindo, claro, todas as leis vigentes. Todo e qualquer afastamento do convívio em sociedade tem os seus prejuízos, então a ideia é diminuir esse tempo de afastamento e contribuir ativamente para que os egressos tenham oportunidades de estudo e trabalho tanto dentro como fora dessa instituição, evitando as possíveis reincidências.



Tipos de Regimes

FECHADO



Esse é o período de adaptação do apenado. Nesse regime o infrator cumpre a sua pena podendo, simultaneamente, cursar o supletivo e outros cursos profissionalizantes além de exercer trabalhos internos e oficinas laboroterápicas.

SEMI-ABERTO



Aqui os condenados continuam com todas as atividades escolares e laborais, dessa vez não sendo necessariamente dentro da instituição. Assim, o egresso pode estudar ou trabalhar fora da prisão mas precisa retornar durante a noite.

ABERTO



Nesse regime o apenado pode continuar prestando serviços e também estudando fora da unidade porém necessita comparecer à instituição uma vez por semana, provando o seu trabalho ou estudo.

CONDENAÇÃO ATÉ 9 MESES

Est.1 1 mês

Est.2 2 meses 6 dias

Est.3 2 meses 10 dias

Est.4 2 meses 13 dias

Est.5 2 meses 13 dias

CONDENAÇÃO 18 A 24 MESES

Est.1 1 mês

Est.2 3 meses 10 dias

Est.3 3 meses 15 dias

Est.4 3 meses 20 dias

Est.5 14 meses 93 dias

CONDENAÇÃO 24 A 30 MESES

Est.1 1 mês

Est.2 4 meses 13 dias

Est.3 4 meses 20 dias

Est.4 5 meses 33 dias

Est.5 16 meses 106 dias

CONDENAÇÃO 30 A 36 MESES

Est.1 1 mês

Est.2 5 meses 16 dias

Est.3 5 meses 25 dias

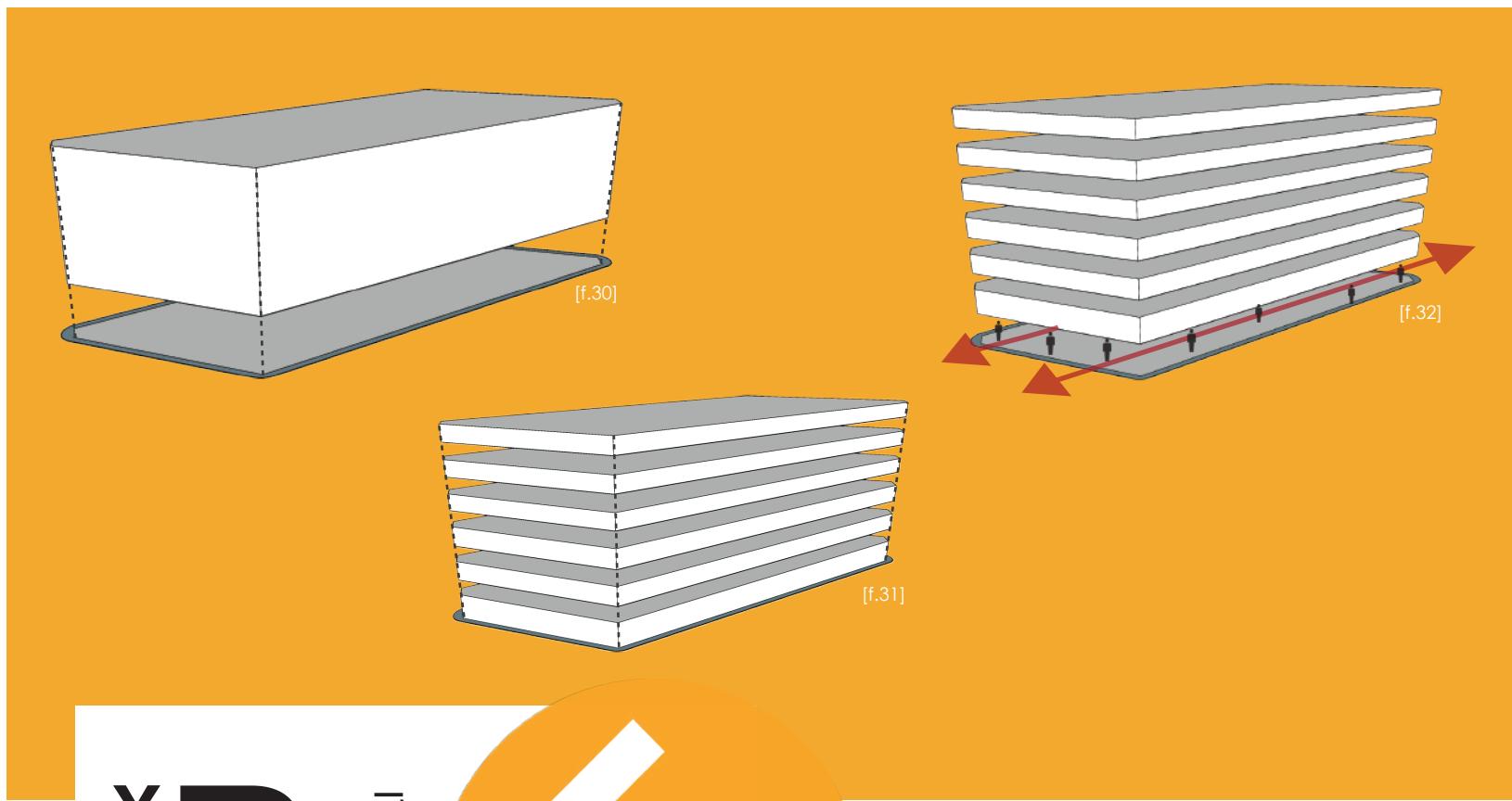
Est.4 6 meses 40 dias

Est.5 19 meses 126 dias

■ Tempo Previsto para a Pena

■ Tempo Possível de Redução da Pena

[f.29]



Para a concepção da forma arquitetônica, primeiramente elevou-se um volume, seguindo os limites do terreno escolhido (f.30). Isso porque havia uma preexistência (o antigo galpão Arroz Delta) a ser mantida, então respeitando a demarcação do terreno, surgiu a forma inicial.

Em seguida (f.31), o volume foi dividido, no sentido vertical, em seis diferentes partes - cinco delas destinadas a abrigar os estágios de reclusão, previstos anteriormente, e uma parte para dar suporte à população com serviços públicos.

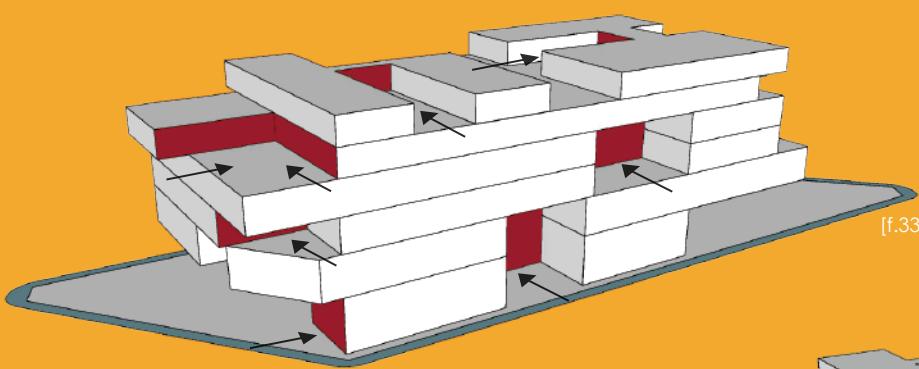
Feito isso, elevou-se todo o volume

com a principal finalidade de deixar o térreo mais poroso (f.32) e assim criar uma praça que servisse como ponto de socialização entre internos, egressos e a população, criando um elo entre todas as partes.

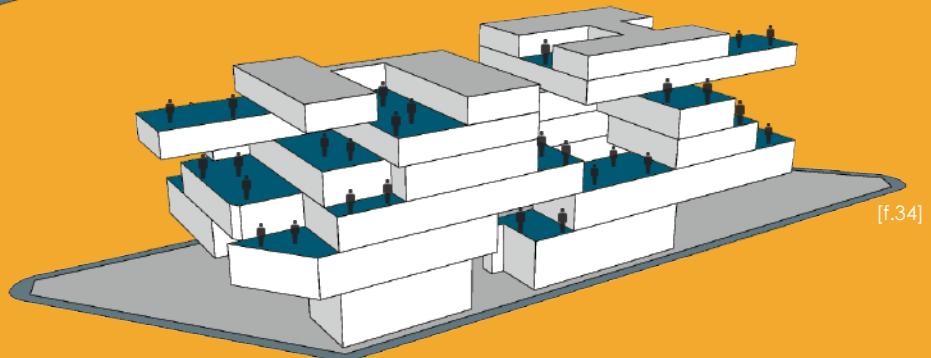
Posteriormente (f.33), e ainda com o intuito de deixar a forma "mais leve" e porosa, foram subtraídas algumas partes e a edificação foi recuada do limite do terreno, no sentido longitudinal. A praça deu lugar a alguns volumes - para abrigar serviços de atendimento à população - deixando ainda a maior parte livre e acessível em todas as quatro fachadas.

Tomando partido dos recuos criados anteriormente foram gerados jardins/ pátios suspensos (f.34) para servir aos internos. Como um dos grandes problemas hoje em dia nas unidades prisionais é a falta de espaços de qualidade, ao ar livre, esses ambientes foram gerados justamente para dar essa assistência ao recluso, afinal é de suma importância a exposição à luz solar para manutenção da vida de todos os seres vivos.

Todas as decisões projetuais foram pensadas seguindo o conceito da progressão descentente, como mencionado anteriormente. Por isso, e ao contrário do habitual, todo o conteúdo que se segue tem essa ordem, sempre do último pavimento até o térreo.



[f.30]



[f.31]

O Conceito

Uma vez determinado a forma e os níveis de reclusão, assim como o tempo previsto em cada etapa e o possível período de remissão, foi estabelecido um conceito para cada uma dessas fases.

Segundo o autor Zaffaroni (1927) "colocar uma pessoa numa prisão e esperar que ela aprenda a viver em sociedade é como ensinar alguém a jogar futebol dentro de um elevador". Ou seja, essas instituições necessitam oferecer espaços e oportunidades para os apenados, diminuindo sempre as consequências do cárcere.

Tendo isso em mente, cada estágio, dos 5, possui uma oferta diferente de oportunidades para os detentos se profissionalizarem, se relacionarem diretamente com a população e, posteriormente, voltar a fazer parte da sociedade conhecida como livre.

Tem-se então os seguintes estágios, em ordem descendente, do último pavimento até o térreo:

Reclusão Máx. 1 - Reflexão

Essa é a etapa onde o apenado têm o seu primeiro contato com essa nova alternativa para o cumprimento de sua pena. Por isso, ele conta apenas com o básico necessário: os dormitórios, e o pátio de visitas. Essa fase foi denominada de Reflexão, justamente por propor isso aos

internos - um momento de Reflexão e conscientização sobre seus atos.

Reclusão Máx. 2 - Nova Alternativa

A segunda etapa nesse processo já oferece mais oportunidades para os internos. Nesse nível é possível obter atendimento social, que inclui psicólogos e advogados, o atendimento de saúde, com médicos e dentistas, e o culto religioso, como um espaço de devoção dos apenados. Nela há também oferta de aulas de Ensino Fundamental e Médio, visto a precariedade escolar da maioria dos detentos. Além disso, essa fase dispõe ainda de acesso à Fábrica 1. Nela é feito toda a parte de separação dos materiais recicláveis para o posterior trabalho com essa matéria, no andar subsequente. Assim, fazendo uma analogia com a própria vida, o interno vai perceber que, tal como o material que ele manuseia, ele também foi separado da sociedade mas existe ali uma nova oportunidade de retorno, melhorado. Por isso, o conceito principal dessa fase é de uma Nova Alternativa.

Reclusão Méd. 1 - Transformação

Já o terceiro estágio, além dos atendimentos oferecidos na etapa anterior,

LEGENDAS:

[f.30] Diagrama da Construção da Forma 1.
Produção: Laryssa Balduíno.

[f.31] Diagrama da Construção da Forma 2.
Produção: Laryssa Balduíno.

[f.32] Diagrama da Construção da Forma 3.
Produção: Laryssa Balduíno.

[f.33] Diagrama da Construção da Forma 4.
Produção: Laryssa Balduíno.

[f.34] Diagrama da Construção da Forma 5.
Produção: Laryssa Balduíno.

como atendimento social, de saúde, culto religioso e aulas de Ensino Fundamental e Médio, soma-se às aulas de informática e de artes, como pintura e dança. Tudo isso com o propósito de demonstrar novas chances e oportunidades fora do crime. Nessa etapa está localizada também a Fábrica 2, onde ocorre a produção de cadernos escolares, com papel reciclado, para as escolas públicas e estudantes inseridos em famílias mais carentes. O conceito dessa etapa é de Transformação, ou seja, o interno poderá trabalhar ativamente na transformação de uma matéria, descartada pela população, em algo benéfico para todos. Mais uma vez fazendo analogia à sua própria situação, ele perceberá que é possível a ressignificação dos seus atos e o seu retorno será diferente.

Reclusão Méd. 2 - Cuidar do Outro

Continuando com todas as assistências da fase anterior, nessa nova etapa é a-

crescentado a Oficina de Pequenos Reparos (como outro ponto de trabalho), a Cozinha 1 e a Fábrica 3. Na Cozinha 1 é feito todo o preparo, frio e sem objetos cortantes, dos alimentos que passarão para as fases subsequentes - até chegarem ao Restaurante Popular. Já na Fábrica 3 acontece a produção de móveis escolares que, posteriormente, serão distribuídos em escolas públicas. Por esses motivos este estágio foi intitulado de Cuidar do Outro. Nele, os internos poderão se sentir diretamente úteis para a sociedade, vendo a sua importância para "o outro".

Reclusão Mínima - Vida Pública

Aqui, além de todos os benefícios das etapas anteriores, a parte da saúde ganha reforço com um bloco de internação; a Cozinha 2 cuida da cocção dos alimentos que serão servidos no Restaurante Popular; e a Fábrica 4 trabalha com a confecção de uniformes para os internos e



também uniformes escolares, definidos a escolas públicas. Além disso, nesse andar ainda está localizado uma quadra poliesportiva que serve tanto aos internos como também à comunidade, em momentos distintos. E como nessa etapa o regime é o semiaberto e o aberto ela ganhou o nome de Vida Pública, visto que os apenados poderão usufruir dessas oportunidades de estudo e trabalho e, em paralelo, terão o direito de conviver em sociedade.

A Praça Pública - Socialização

A praça serve como ponto de interação direta entre os detentos, ex-detentos e toda a população. Para fomentar esse convívio, sem julgamentos ou preconceito, foi inserido um Restaurante Popular onde todos os preparamos e até o serviço será feito por internos. Além disso, ainda há uma lanchonete de apoio aos moradores do entorno, e visitantes do apenado. Há um espaço de atendimento social e jurídico

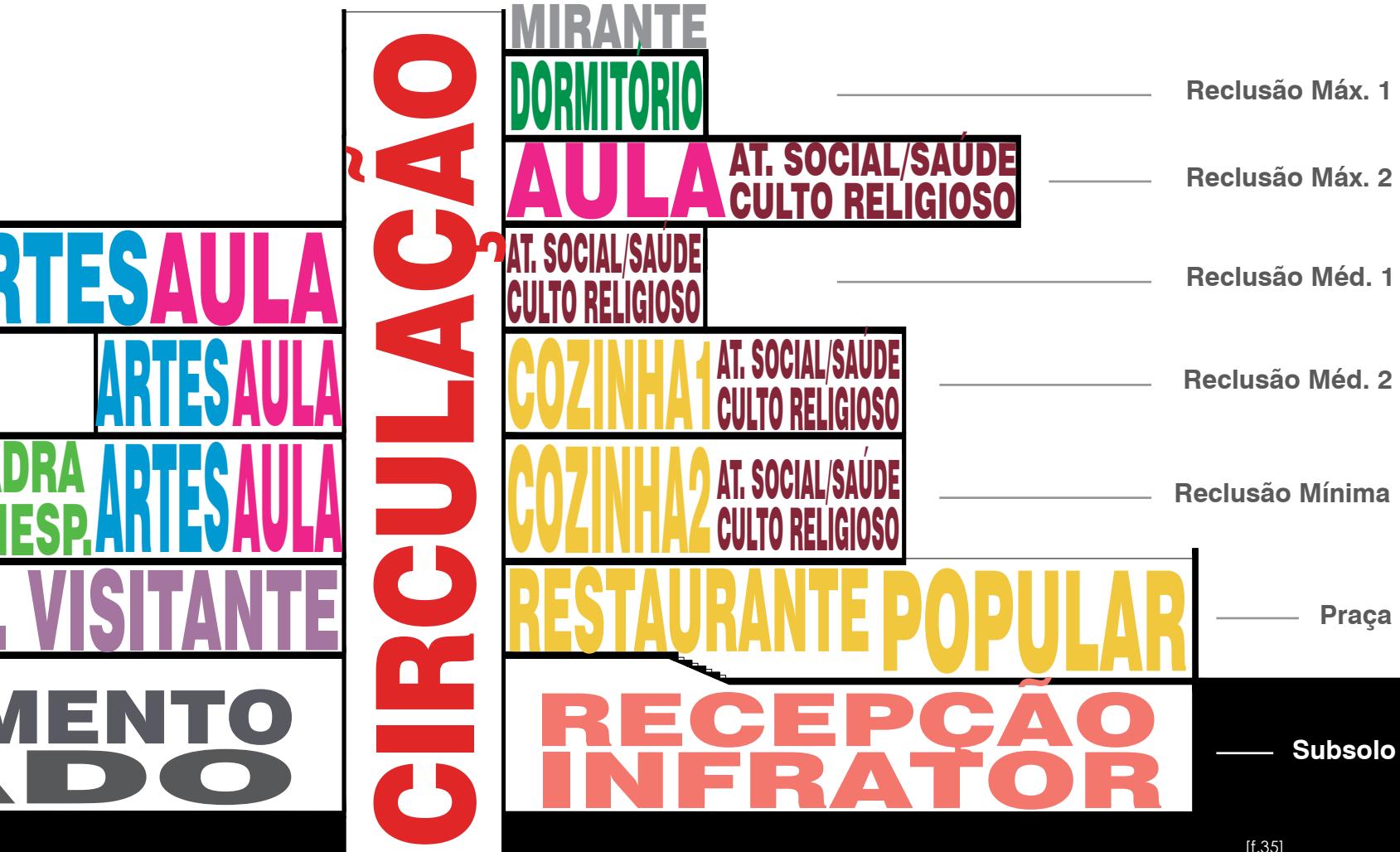
para as famílias, afinal não é só o interno que precisa desse serviço. E ainda existe um ponto de atendimento a visitantes, onde deverá ser feito cadastro das famílias, e onde os mesmos poderão ter acesso à informações do interno. Ademais, a praça conta ainda com uma agência SINE e um anfiteatro para pequenas apresentações dos internos.

LEGENDAS:

[f.35] Diagrama da Distribuição do Programa. Produção: Laryssa Balduino.

O Subsolo - Serviços

O subsolo por sua vez, abriga toda a parte administrativa, de vigilância e controle das aberturas de portas, e a lavanderia, onde os próprios internos farão o trabalho. Além disso, é pelo subsolo que chegam todos os novos detentos, e por lá mesmo é definido o encaminhamento às reclusões. É nesse nível também que é feito a recepção e o controle dos visitantes. Isso tudo para evitar a exposição tanto dos apenados como das suas famílias. Nesse pavimento ainda se encontra inserido o estacionamento exclusivo dos colaboradores.



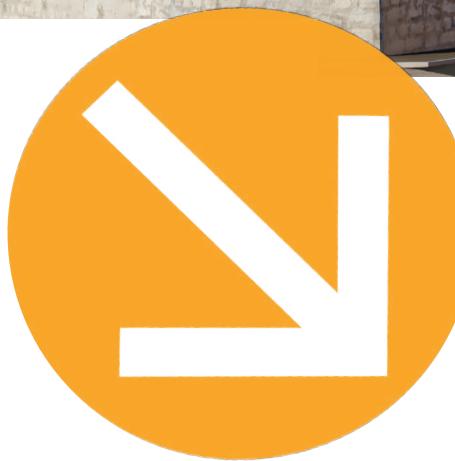






[f.37]

X P rojeto



LEGENDAS:

[f.36] Imagem do Projeto. Produção: Laryssa Balduino.

[f.37] Imagem do Projeto. Produção: Laryssa Balduino.

[f.38] Diagrama da Distribuição dos Dormitórios. Produção: Laryssa Balduino.

[f.39] Diagrama da Distribuição da Fábrica. Produção: Laryssa Balduino.

[f.40] Diagrama da Distribuição da Cozinha e Restaurante Popular. Produção: Laryssa Balduino.

Em relação à distribuição do programa em cada pavimento, vale fazer uma ressalva dos dormitórios (f.37), e dos espaços de trabalho como a fábrica (f.38) e a cozinha (f.39) - ambas com funcionamento interligado de atividades entre os pavimentos.

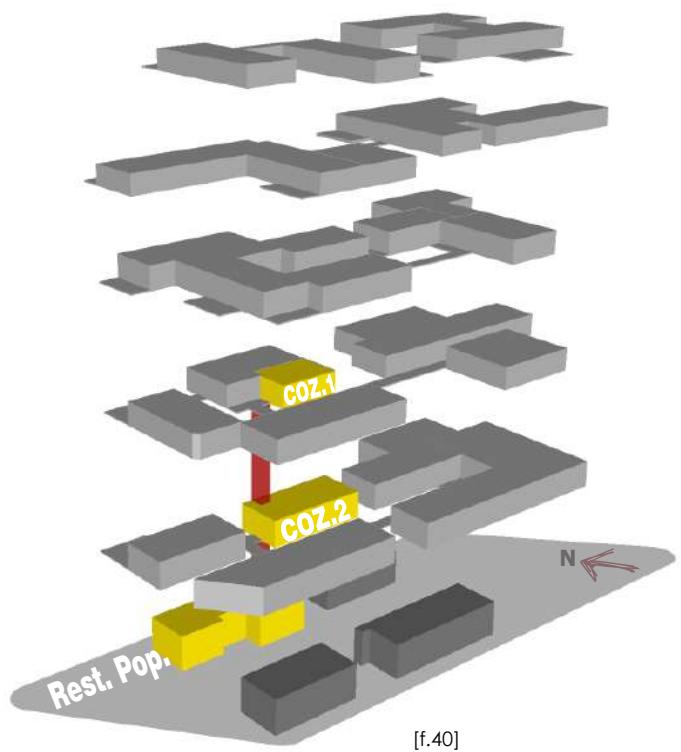
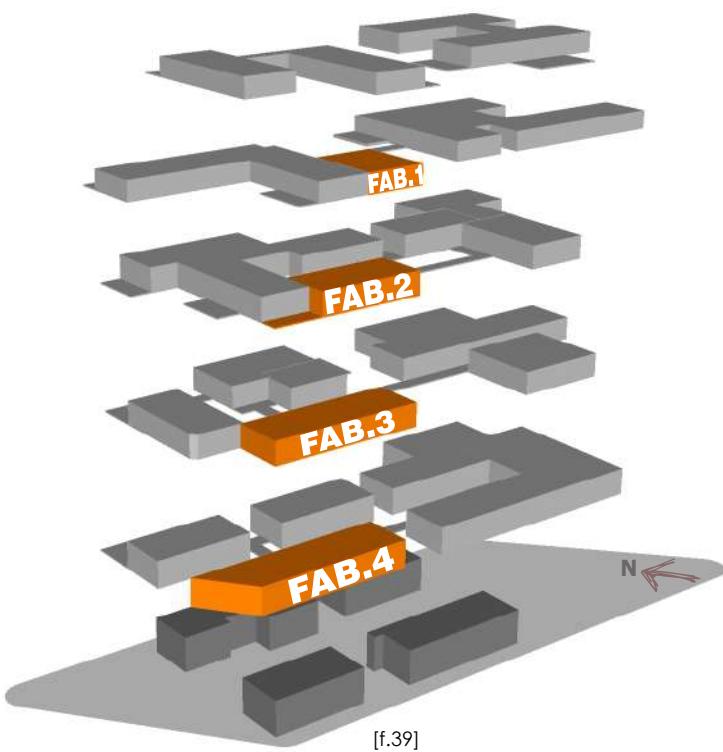
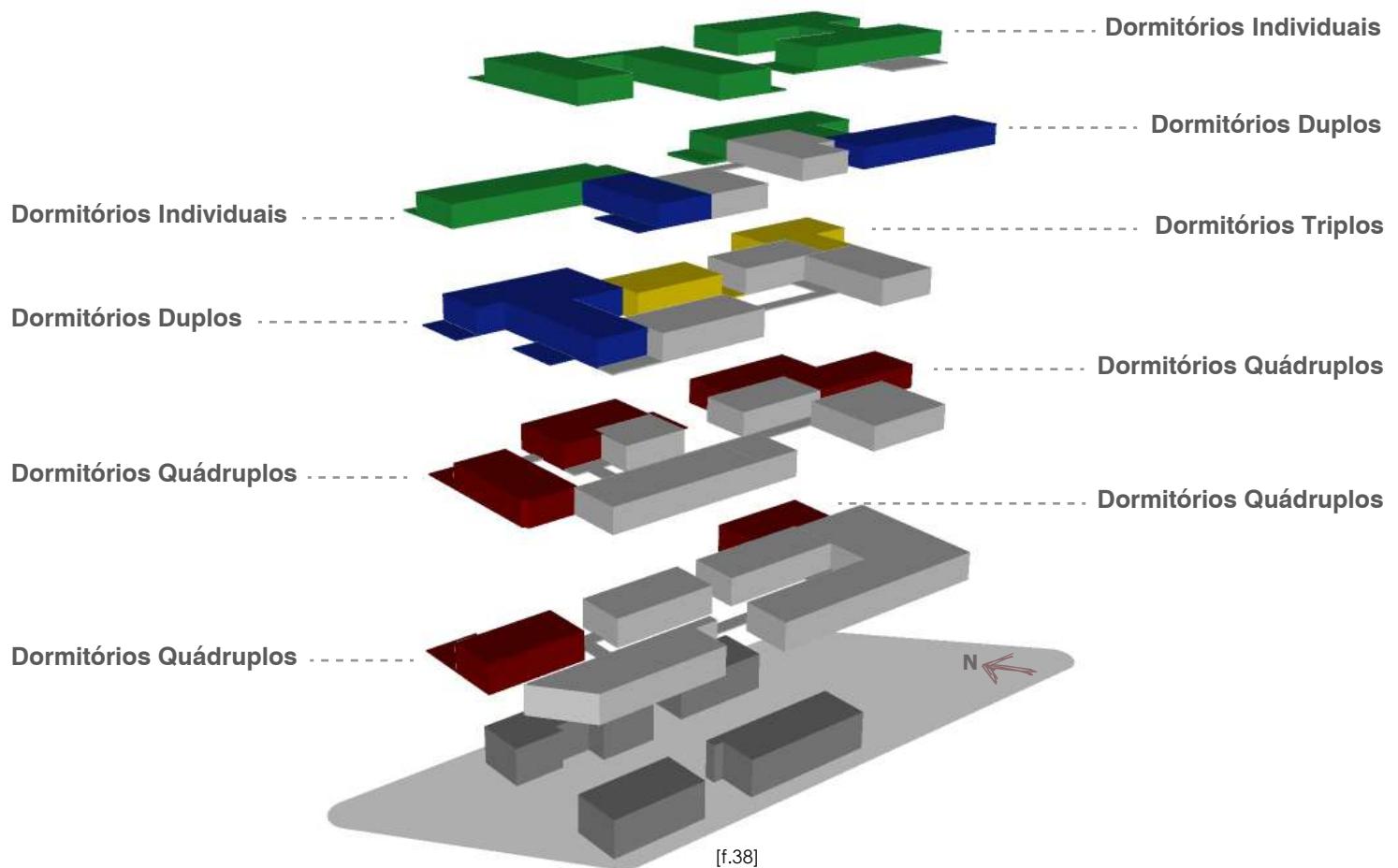
Os dormitórios foram dispostos nas fachadas leste, nordeste e norte onde incide o sol da manhã, garantindo assim uma temperatura interna mais amena. Em relação à configuração de cada dormitório, eles foram definidos conforme a sua capacidade. Assim, tem-se dormitórios individuais, duplos, triplos e quádruplos.

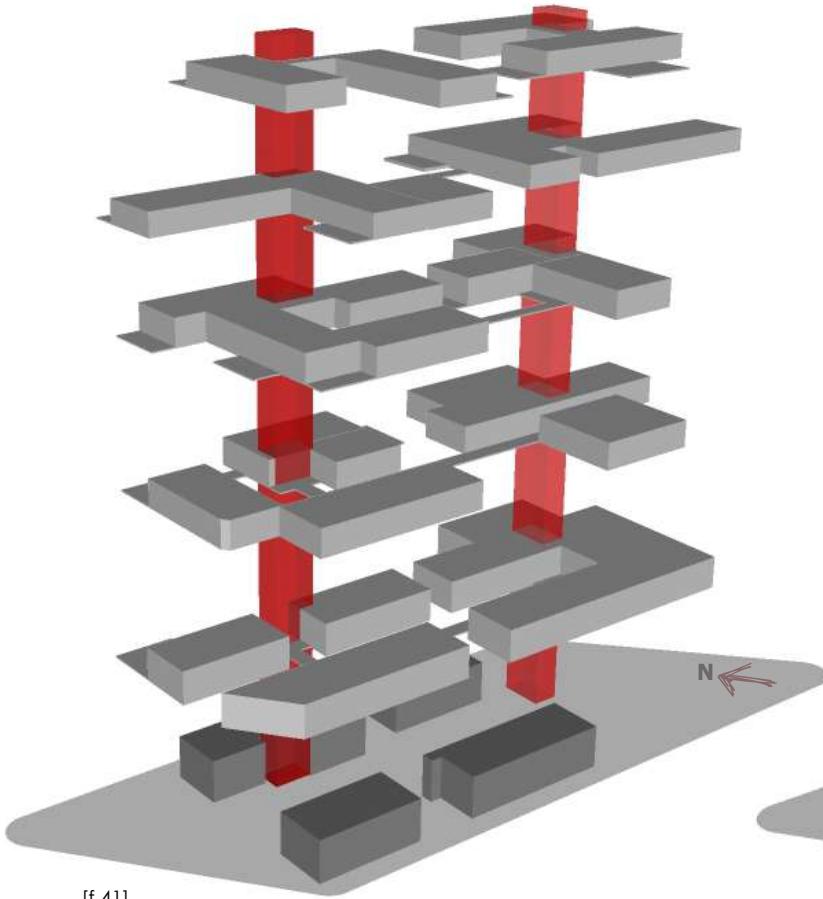
Ainda segundo o conceito da progressão, eles foram distribuídos de acordo com a ideia central de cada pavimento. Assim, e seguindo a ordem descendente, do último pavimento até o térreo, tem-se na Reclusão Máxima 1 apenas dormitórios individuais; na Reclusão Máxima 2 além dos

dormitórios individuais há também 2 blocos com dormitórios duplos; já a Reclusão Média 1 conta com dormitórios duplos e triplos, visto a progressão e a necessidade de socialização entre os internos; e por fim as unidades de Reclusão Média 2 e Reclusão Mínima dispõe apenas de dormitórios quádruplos, pois supõe-se que nesta fase os internos já estejam prontos para voltar a viver em sociedade e, por isso, não há problemas em dividir o espaço com o outro.

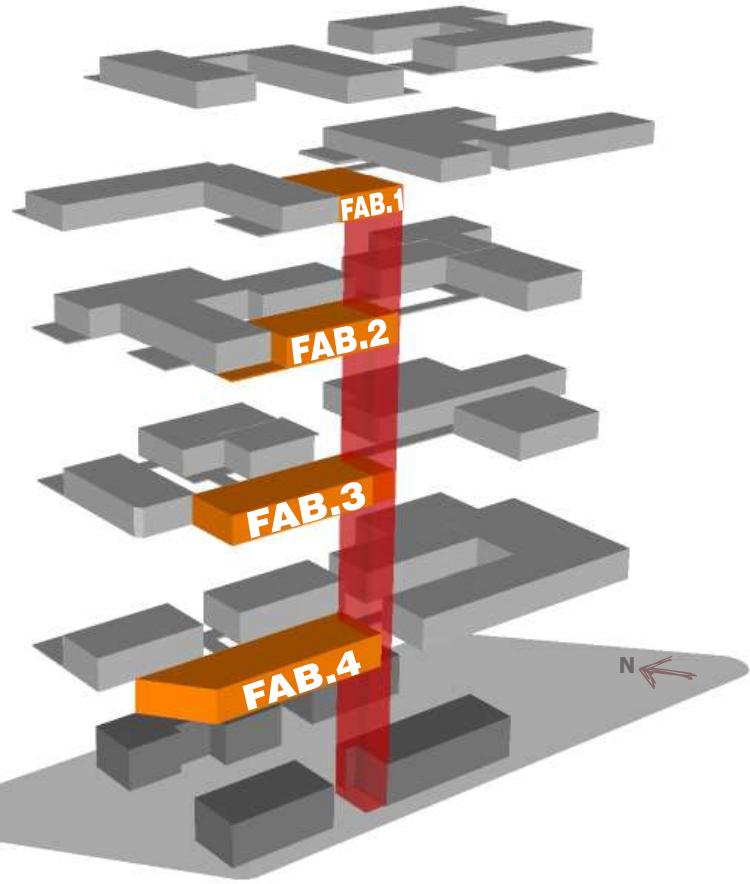
A fábrica por sua vez foi disposta na fachada sudoeste, onde a incidência solar é menor e, por isso, um ambiente mais agradável para o trabalho. Como dito anteriormente, ela funciona em 4 diferentes etapas, todas elas interligadas. Na etapa 1 é realizado o serviço de separação dos materiais recicláveis, na etapa 2 há a produção de cadernos escolares com papel reciclado. Já na etapa 3 é produzido mesas e cadeiras para escolas públicas, a partir do plástico derretido e na etapa 4 acontece a produção dos uniformes usados pelos internos e também de uniformes para escolas públicas.

Já a cozinha funciona em três etapas, todas interligadas por um elevador interno - apenas para transporte de alimentos. Na etapa 1 acontece a higienização dos legumes e toda a preparação fria dos alimentos. A etapa 2, por sua vez, dispõe de todos equipamentos para cocção dos pratos e por fim, a etapa 3 consiste no restaurante popular, onde os próprios internos servirão, à população, as refeições preparadas pelos mesmos.





[f.41]



[f.42]

A Circulação

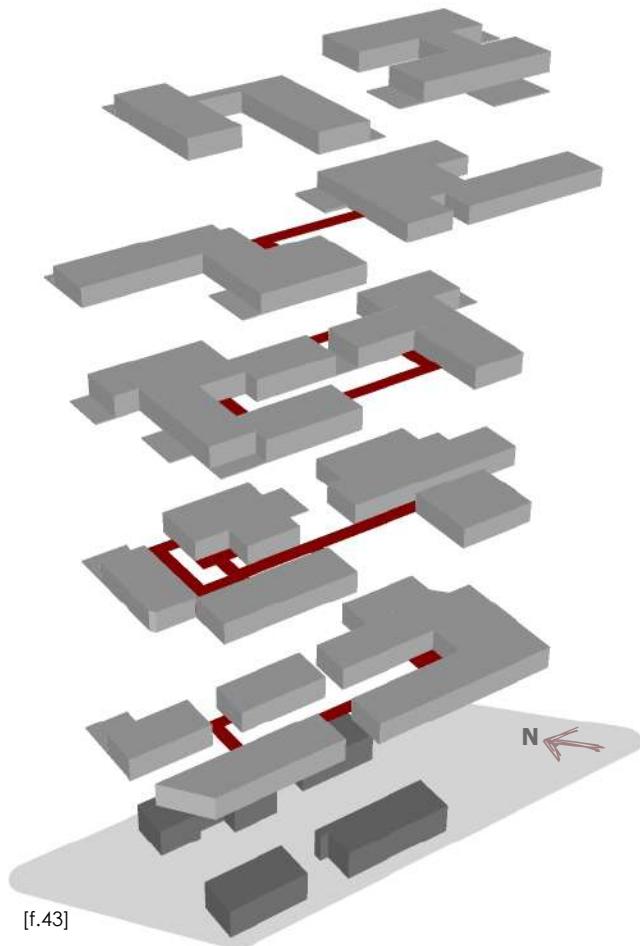
Em relação a circulação, ela foi dividida em 2 tipos: a privada - que, tal como o nome indica, só pode ser utilizada pelos internos e funcionários da instituição; e a pública, que é do direito de toda a população.

A circulação privada foi dividida ainda em mais 2 tipos: a vertical e a horizontal. A vertical consiste em dois elevadores gerais (f.40) que abrangem todos os pavimentos do edifício, incluindo o subsolo. É por ela que os internos acessam os blocos de dormitórios a eles designados, no momento da entrada na instituição - isso tudo no subsolo, para evitar essa exposição do infrator ao público. Além desses dois elevadores principais há ainda um terceiro, também privado, utilizado exclusivamente para os blocos da Fábrica (fig.41). É por ele que acontece todo o fluxo de materiais que entram nas etapas de produção e também que saem para posterior distribuição. Essa circulação isolada das demais áreas possibilita o trabalho tanto dos internos como

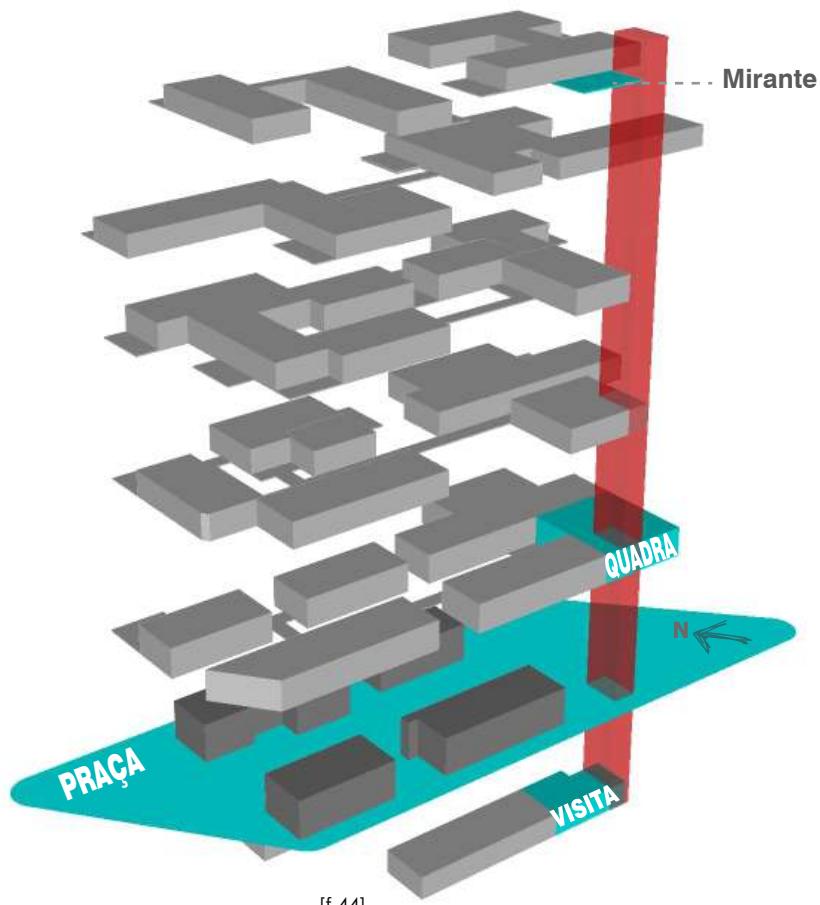
também de ex-internos nessa produção, visto que não há ligação direta com as áreas de reclusão.

Para toda a circulação vertical foram utilizados elevadores da marca Schindler, modelo 3300. Cada bloco de elevador conta com três caixas, sendo duas gerais e uma de serviço. A escolha foi feita com base na capacidade do modelo, que suporta até 15 pessoas e uma carga de 1.125 Kg. A velocidade também foi levada em consideração, visto que os elevadores atendem a todo o edifício - o modelo em questão percorre 1m/s, ou seja, do subsolo até o último pavimento levaria apenas 37 segundos.

Em relação à circulação horizontal privada (f.42) ela consiste em passarelas que fazem a ligação, sempre que necessário, dos blocos de reclusão até aos blocos de atendimento social, jurídico e médico, até os blocos de aulas e também à fábrica, cozinha, e quadra poliesportiva. Como mencionado anteriormente, essa circula-



[f.43]



[f.44]

ção é exclusiva dos internos e também dos funcionários.

A circulação pública, por sua vez, consiste também em dois tipos: a horizontal e a vertical (f.43). A horizontal abrange toda a praça, terreno público, que pode ser acessado e usufruído por todas as pessoas. Além dessa praça também foi criado um espaço inteiramente público - o Mirante. Esse mirante, localizado no último andar, a 32 metros de altura, permite uma apreciação de todo o centro da cidade e não têm acesso à nenhuma outra parte da edificação, garantindo assim a segurança e o funcionamento da instituição.

Já a circulação vertical pública consiste em um elevador, que faz a ligação entre a praça, o mirante, a quadra poliesportiva e a área de visitantes. O mirante, como já mencionado, é livre para acesso de todos. A quadra poliesportiva pode ser tanto utilizada pelos internos como também pela população, em momentos diferentes, num primeiro estágio e, posteriormente, até

no mesmo momento, para maior ligação entre os reclusos e a sociedade. O mirante e a quadra servem como forma de aproximação e interesse da população por esses espaços, já tão segregadores.

Além desses locais mencionados, a circulação vertical pública também dá acesso ao bloco de visitas, localizado no subsolo da edificação. É por lá que todos os visitantes chegam, passam pelo cadastramento e demais protocolos antes da visita, e posteriormente são encaminhados até o elevador que dá acesso ao bloco de reclusão que o interno, a ser visitado, se encontra.

Todo esse processo tende a ser, naturalmente, bastante vergonhoso para os visitantes. Tendo isso em conta, a implantação do bloco com esse serviço foi feita no subsolo para assegurar que nenhum visitante passe por situações vexatórias. Assim, basta acessar o bloco, através do elevador, localizado na praça e visitar seu ente querido sem demais problemas.

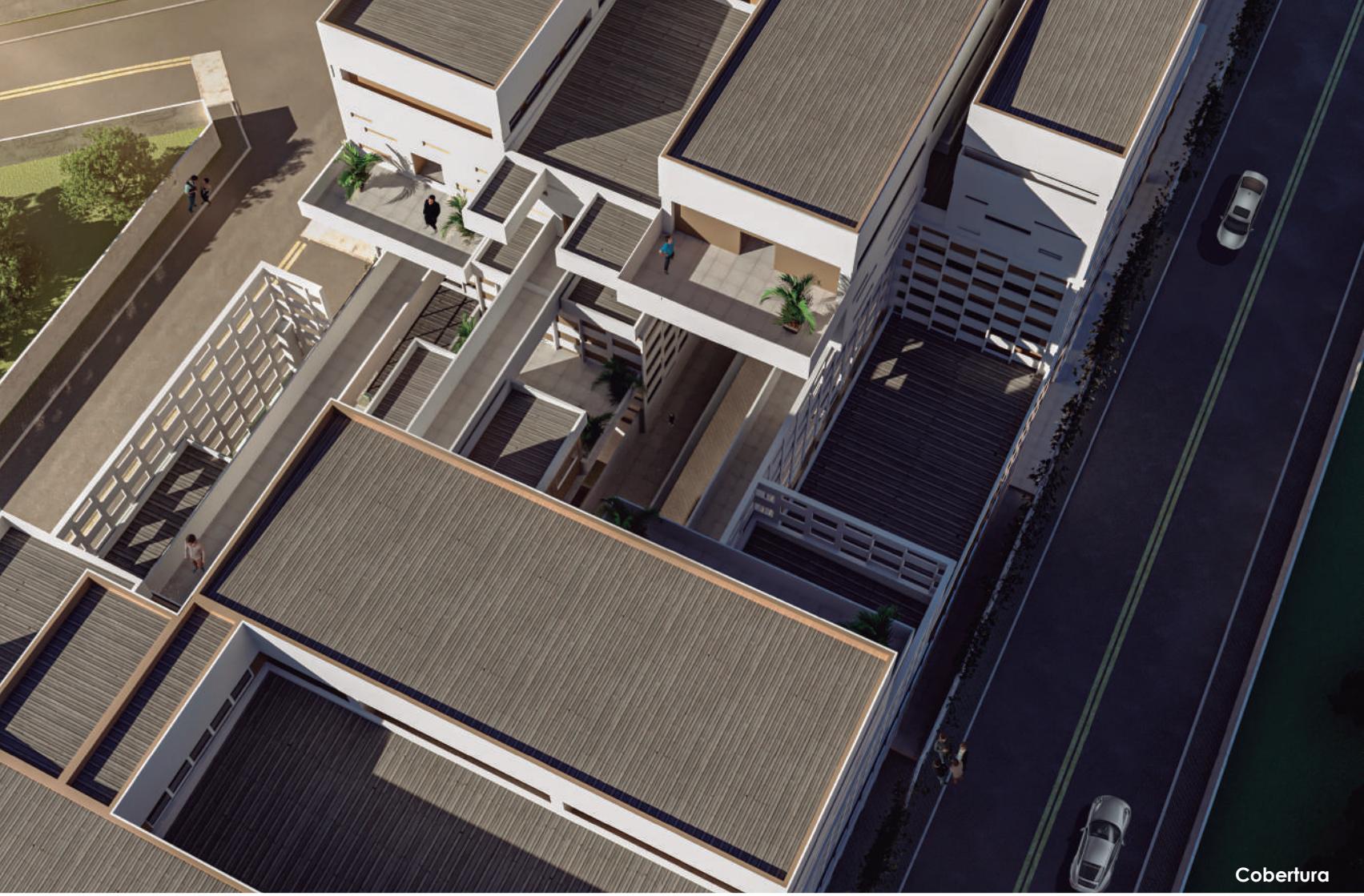
LEGENDAS:

[f.41] . Diagrama
Circulação Vertical dos
Internos. Produção:
Laryssa Balduino.

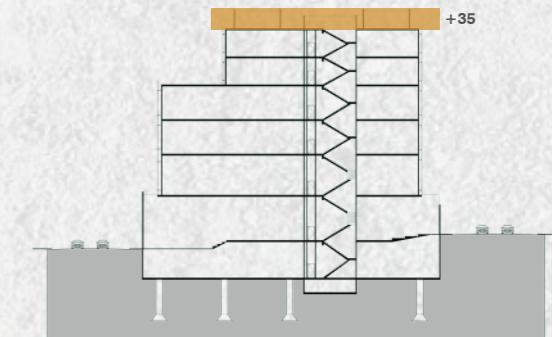
[f.42] Diagrama da Circulação da Fábrica.
Produção: Laryssa Balduíno

[f.43] Diagrama das Passarelas - Circulação Horizontal dos Internos.
Produção: Laryssa Balduino.

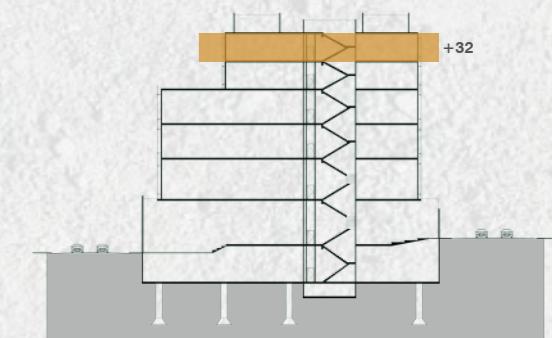
[f.44] Diagrama da Circulação e Acessos Públicos. Produção: Laryssa Balduino.



Cobertura



Reclusão Máxima 1



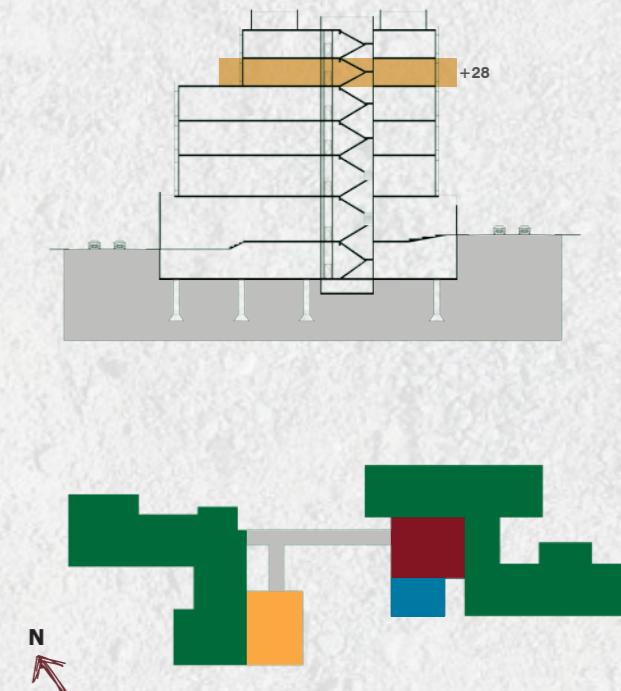
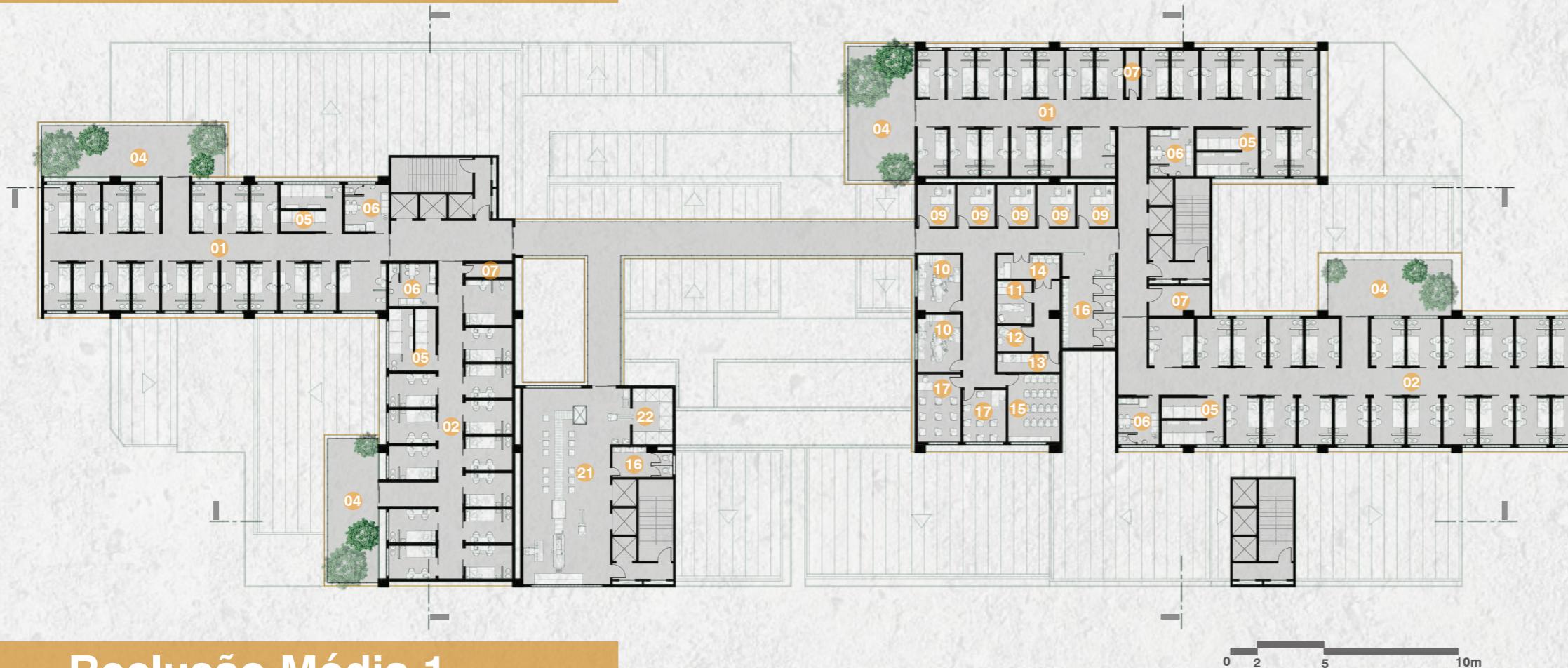
Dormitórios

- 01. Dormitórios Individuais
- 02. Pátio
- 03. Banheiro - Chuveiros
- 04. Sala de Descanso dos Funcionários
- 05. DML

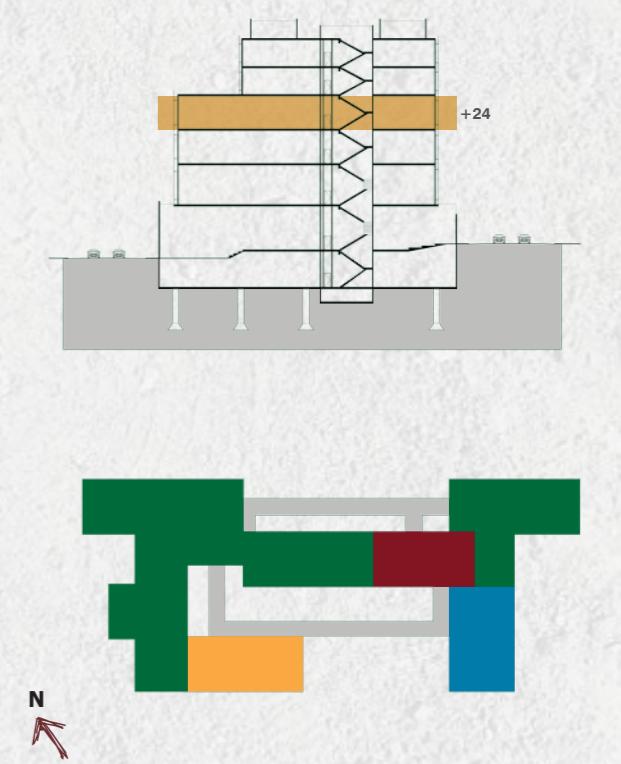
Mirante

- 06. Mirante Aberto à População

Reclusão Máxima 2



Reclusão Média 1





Dormitórios

- 01. Dormitórios Individuais
- 02. Dormitórios Duplos
- 03. Dormitórios Triplos
- 04. Pátio
- 05. Banheiro - Chuveiros
- 06. Sala de Descanso dos Funcionários
- 07. DML
- 08. Quarto de Visita Íntima

Assistência ao Interno

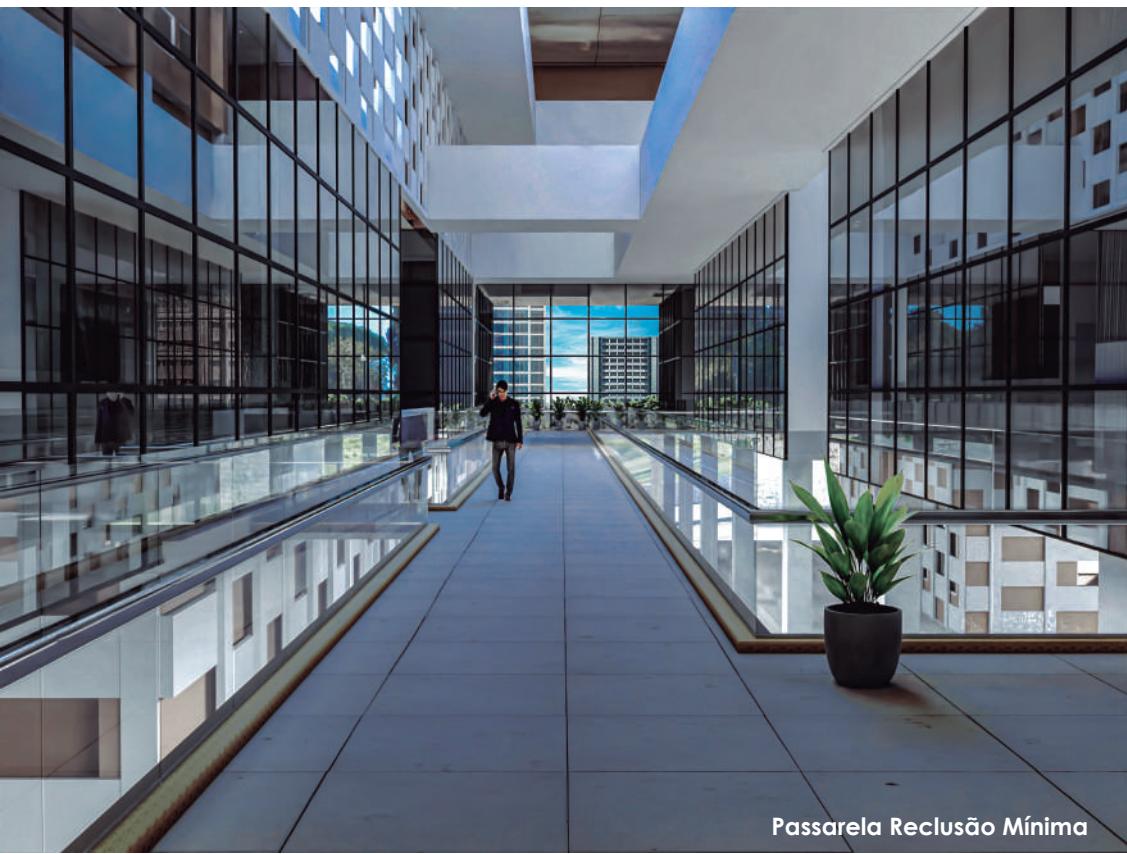
- 09. Consultório de Advocacia
- 10. Consultório Odontológico
- 11. Consultório Médico
- 12. Sala de Exames
- 13. Sala de Vacinação
- 14. Sala de Espera
- 15. Espaço para Culto Religioso
- 16. Banheiro

Educação - Artes

- 17. Sala de Aula
- 18. Aula de Informática
- 19. Aula de Dança/Teatro
- 20. Aula de Pintura

Fábrica

- 21. Sala Separação dos Materiais Recicláveis
- 22. Depósito
- 23. Sala de Trituração e Confecção de Cadernos Reciclados



Dormitórios

01. Dormitórios Quádruplos
02. Pátio
03. Banheiro - Chuveiros
04. Sala de Descanso dos Funcionários
05. DML
06. Quarto de Visita Íntima

Assistência ao Interno

07. Consultório de Advocacia
08. Consultório Odontológico
09. Consultório Médico
10. Sala de Exames
11. Sala de Vacinação
12. Sala de Espera
13. Espaço para Culto Religioso
14. Banheiro
15. Sala de Internação

Educação - Artes

16. Sala de Aula
17. Aula de Informática
18. Aula de Dança/Teatro
19. Aula de Pintura

Fábrica

20. Sala Fabricação de Móveis Escolares com Derretimento de Material Plástico
21. Sala de Pintura das Partes dos Móveis
22. Armazenamento de Móveis Montados
23. Depósito
24. Sala de Costura de Uniformes
25. Armazenamento de Tecidos
26. Sala de Corte dos Tecidos
27. Sala de Reparos e Empacotamento

Cozinha

28. Sala Preparação e Lavagem de Alimentos sem Objetos Cortantes
29. Armazenamento de Alimentos
30. Sala de Cocção dos Alimentos
31. Sala Preparação de Alimentos com Objetos Cortantes

Oficina de Reparos

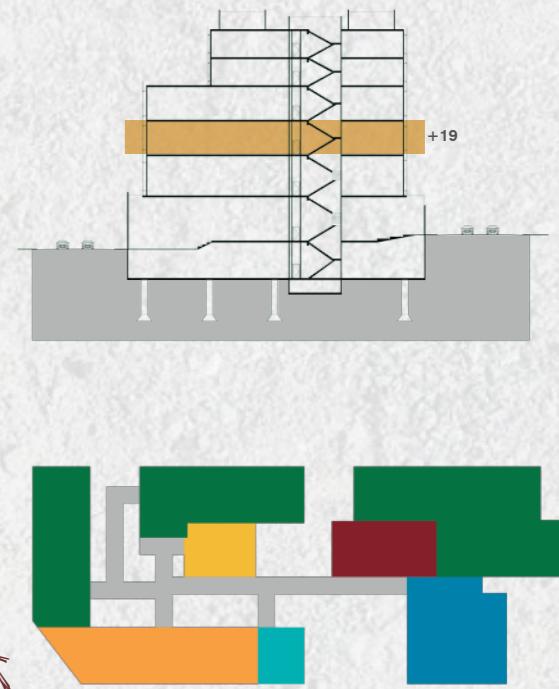
32. Oficina de Pequenos Reparos
33. Sala de Armazenamento e Controle de Ferramentas

Quadra Poliesportiva

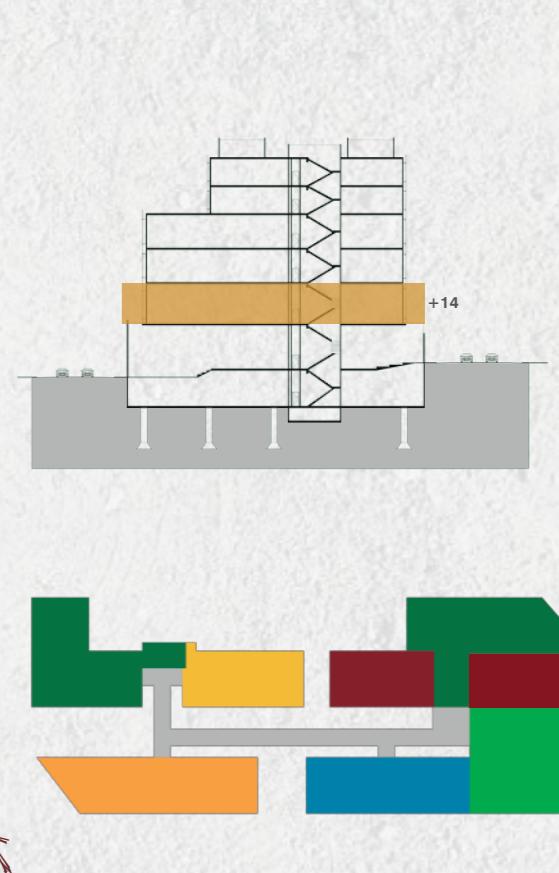
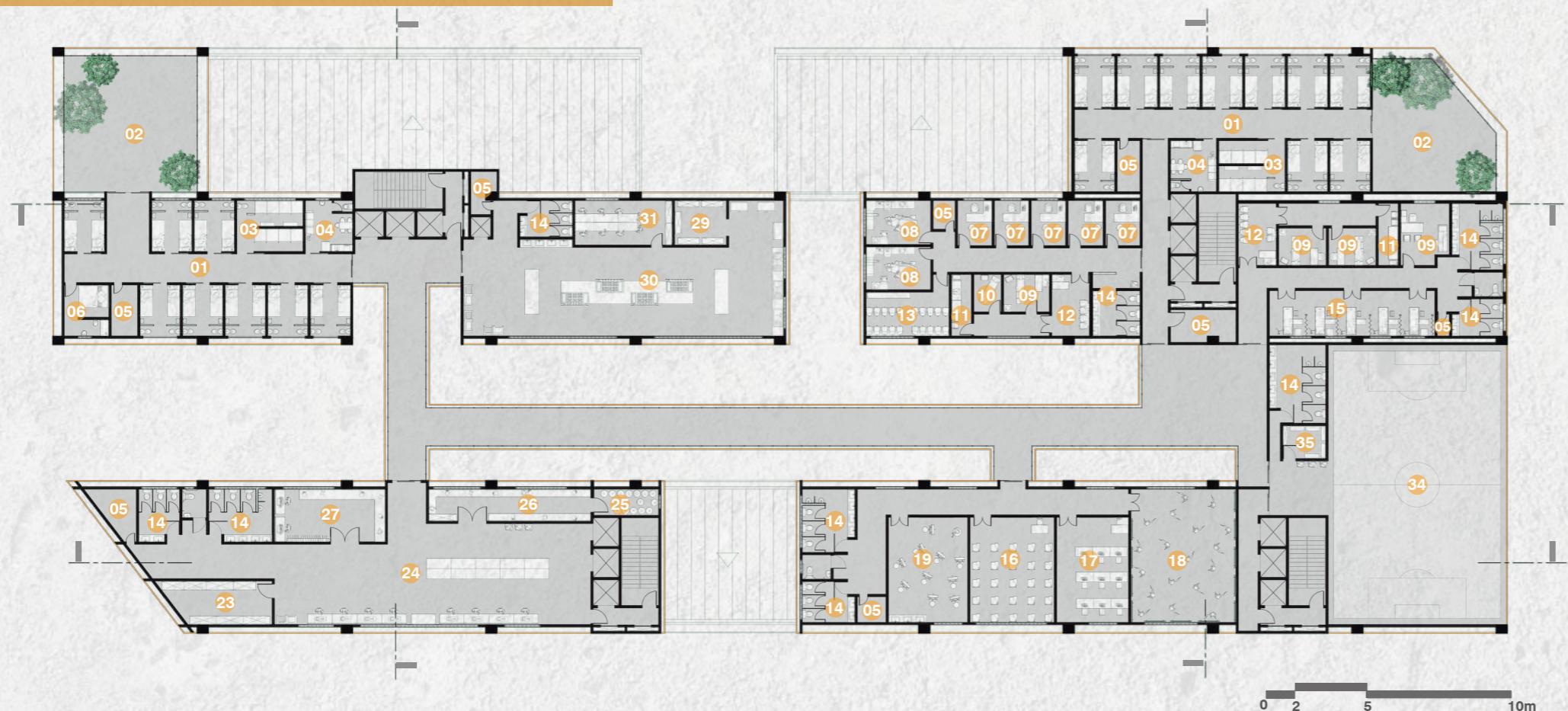
34. Quadra Poliesportiva
35. Vestiário



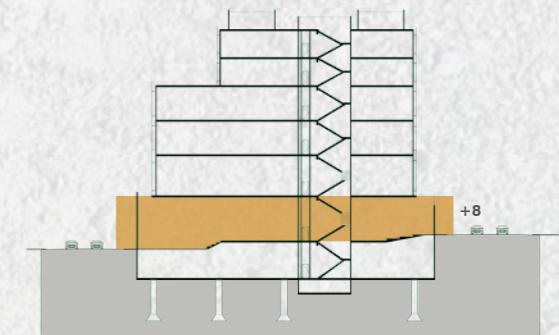
Reclusão Média 2



Reclusão Mínima



Implantação - Praça Pública



Restaurante Popular

- 01. Restaurante Popular
- 02. Área de Finalização e Serviço das Refeições
- 03. Banheiro
- 04. Armazenamento de Alimentos
- 05. Área de Corte e Preparação

SINE

- 06. Atendimento à População
- 07. Diretoria
- 08. Sala de Entrevista e Treinamento

Assistência aos Familiares

- 09. Sala de Espera e Encaminhamento
- 10. Sala de Reunião e Atendimento em Grupo
- 11. Consultório de Advocacia

Lanchonete

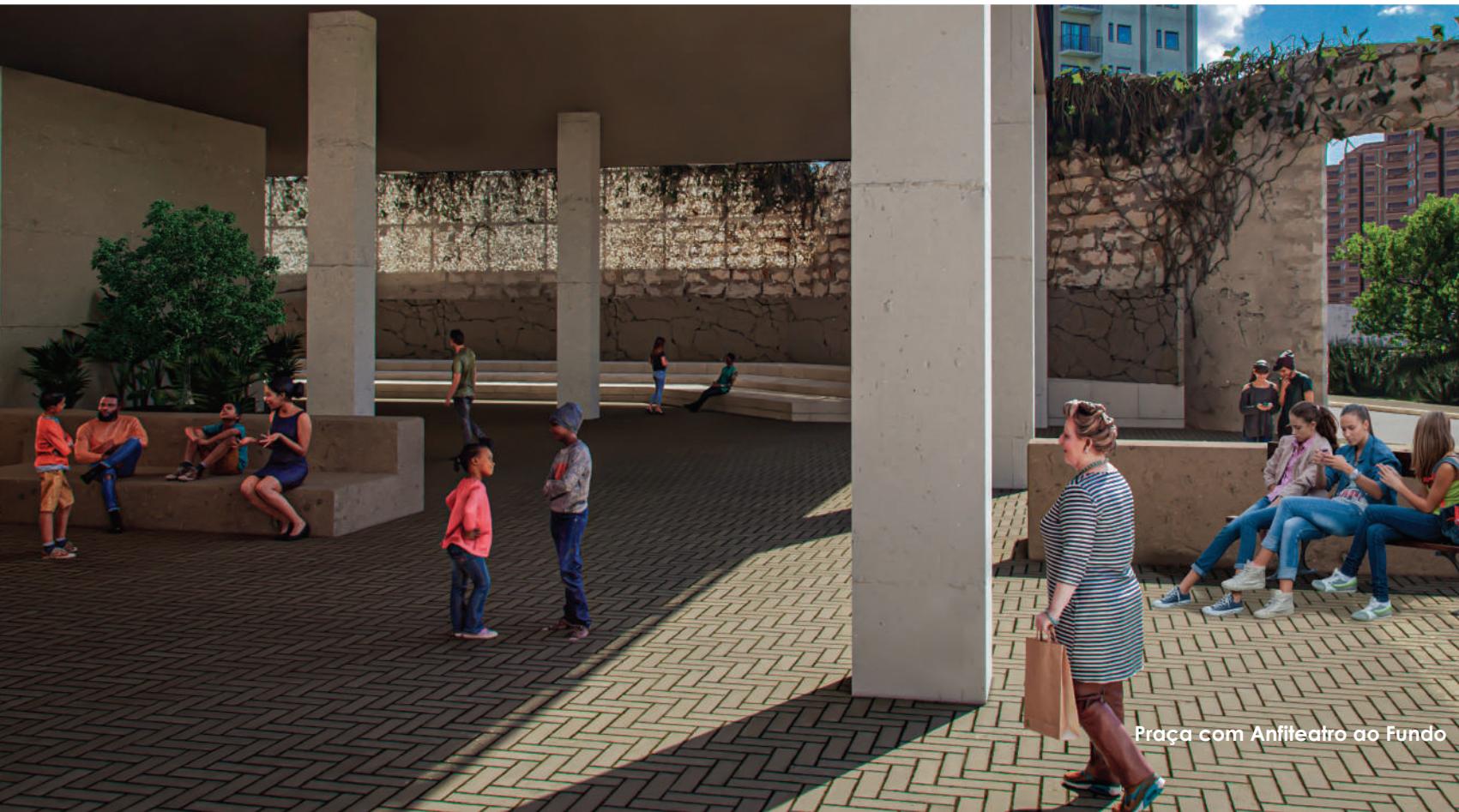
- 12. Lanchonete

Assistência aos Visitantes

- 13. Sala Cadastro de Visitantes
- 14. Anfiteatro



Praça Entrada na Fachada Oeste



Praça com Anfiteatro ao Fundo



Praça Entrada na Fachada Leste

Lavanderia

- 01. Área de Entrega / Devolução de Roupas
- 02. Sala de Armazenamento de Uniformes
- 03. Sala de Dobragem e Empacotamento
- 04. Área das Lavadoras
- 05. Área das Secadoras
- 06. Área de Molho de Roupas e Depósito
- 07. Banheiro

Área dos Funcionários

- 08. Vestuário
- 09. Entrada e Armazenamento de Itens Proibidos
- 10. Área para Revista (caso necessário)
- 11. Sala de Treinamento Teórico
- 12. Sala de Descanso dos Funcionários
- 13. Refeitório / Copia

Administração

- 14. Sala de Espera / Atendimento
- 15. Sala de Reunião
- 16. Sala de Atendimento
- 17. Diretoria

Recepção do Infrator

- 18. Área de Recepção / Cadastramento

- 19. Enfermaria
- 20. Área para Revista
- 21. Consultório de Advocacia
- 22. Sala de Aula
- 23. Área de Armazenamento de Pertences
- 24. Área de Entrega de Uniformes e Itens de Higiene

Área de Segurança

- 25. Sala de Espera
- 26. Sala de Reuniões
- 27. Área de Controle de Portas
- 28. Área de Controle de Segurança
- 29. Diretoria
- 30. Sala de Aula

Área de Visitantes

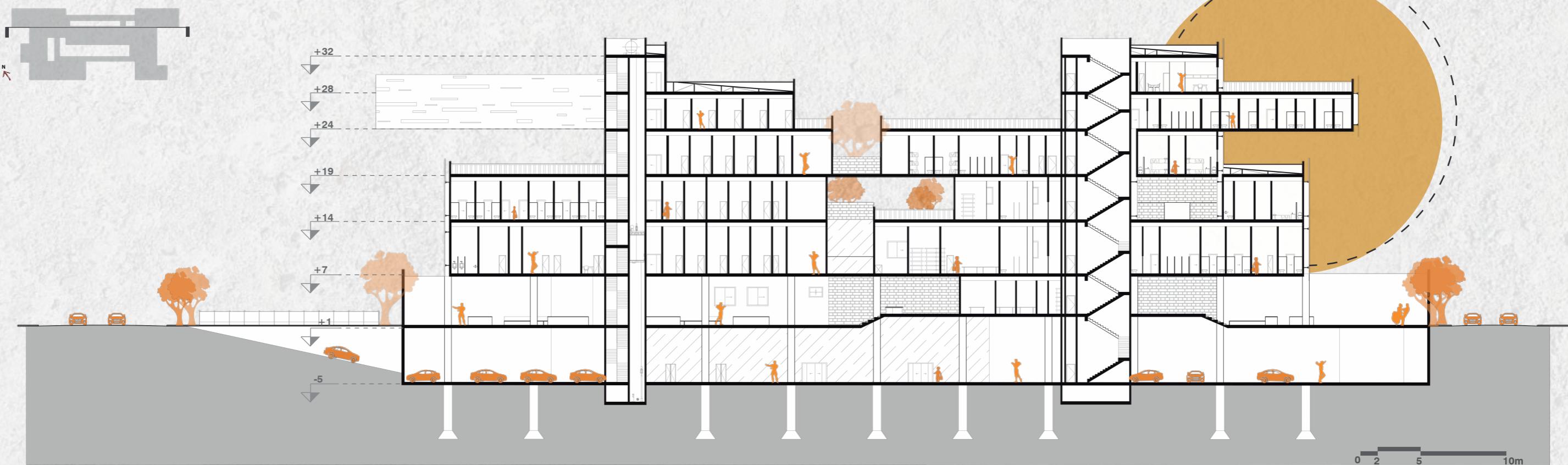
- 31. Recepção e Espera dos Visitantes
- 32. Área de Revista
- 33. Área para Checagem dos Materiais Trazidos pelas Visitas
- 34. Área de Armazenamento de Itens Proibidos

- 35. Estacionamento
- 36. Entrada do Estacionamento
- 37. Saída do Estacionamento

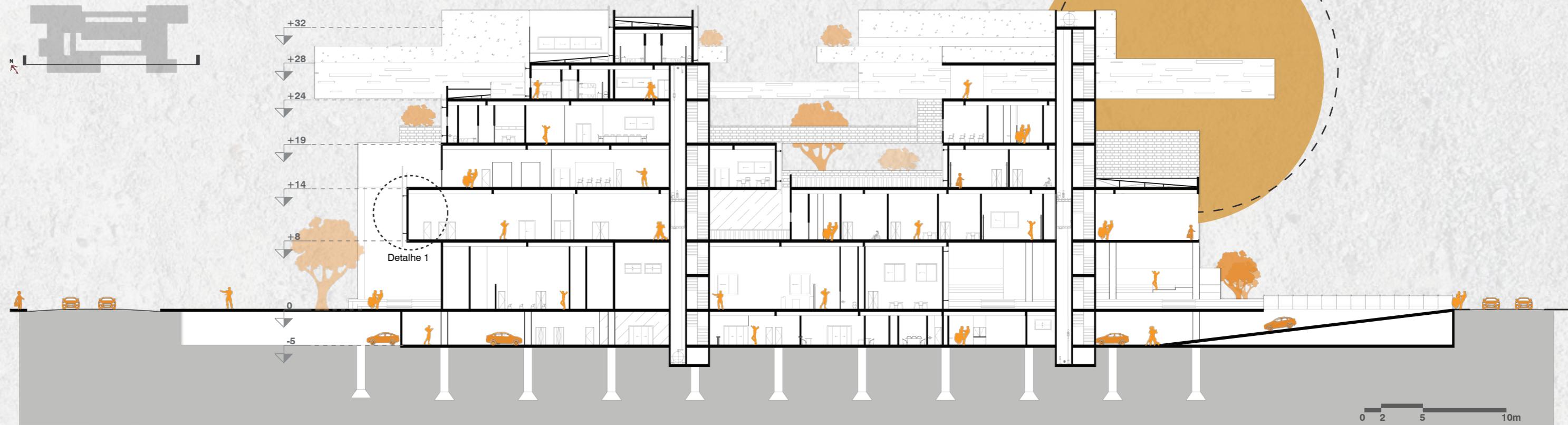
Subsolo



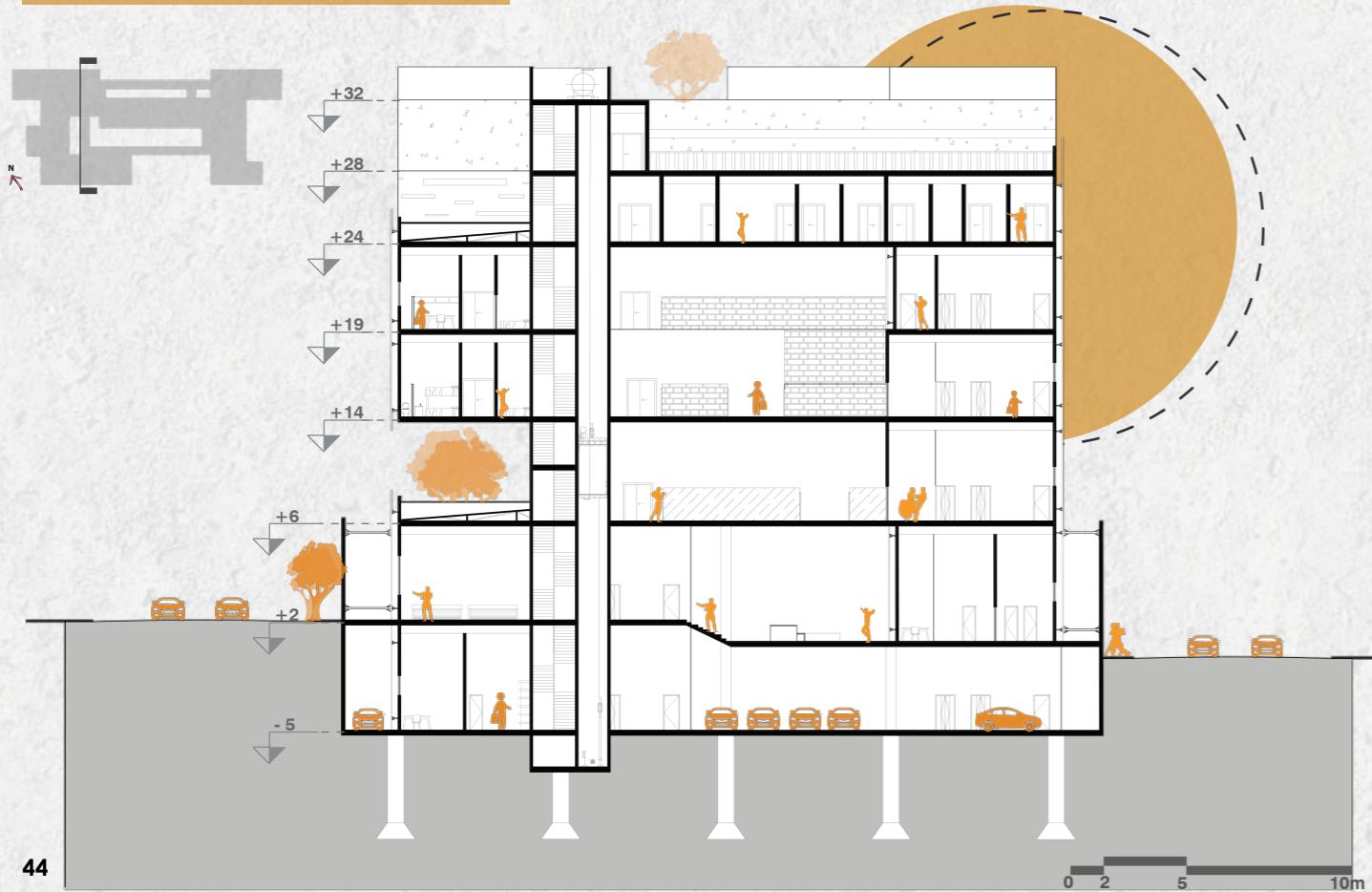
Corte AA



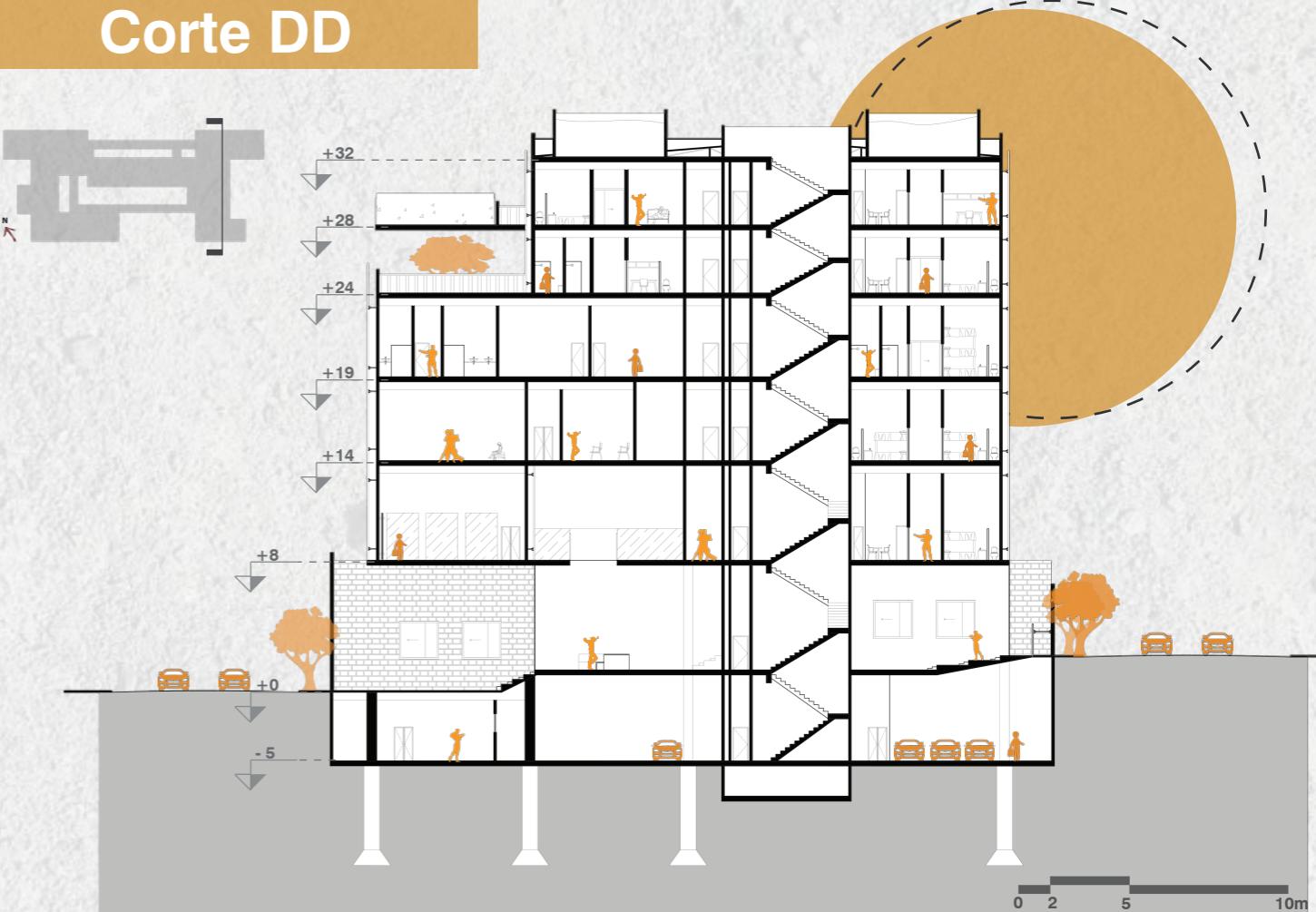
Corte BB



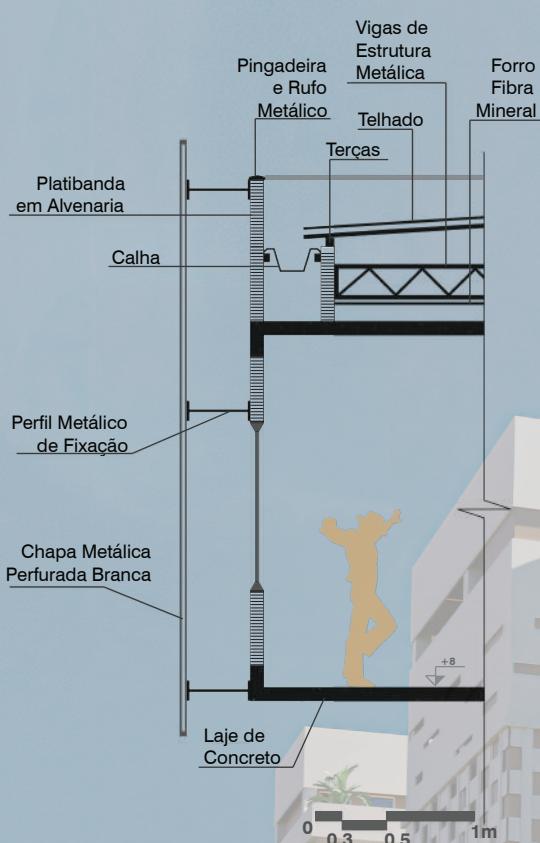
Corte CC



Corte DD



Detalhe 1





A Materialidade



A escolha da materialidade, assim como as demais decisões projetuais, foi pautada no conceito de progressão descendente - a partir do último pavimento (6º) até o térreo. Desta forma, os materiais escolhidos foram desde o mais bruto até o mais leve, tudo isso com a finalidade de fazer uma analogia com a própria vida do interno. Os reclusos chegam "brutos", rene-gados pela sociedade e conforme o passar do tempo e a progressão da pena ele vai aliviando todo o peso, a culpa e os efeitos da desigualdade social, se transformando em uma pessoa mais "leve", mais consciente do seu papel na sociedade e o mais importante: conseguindo vislumbrar um novo futuro, fora do crime.

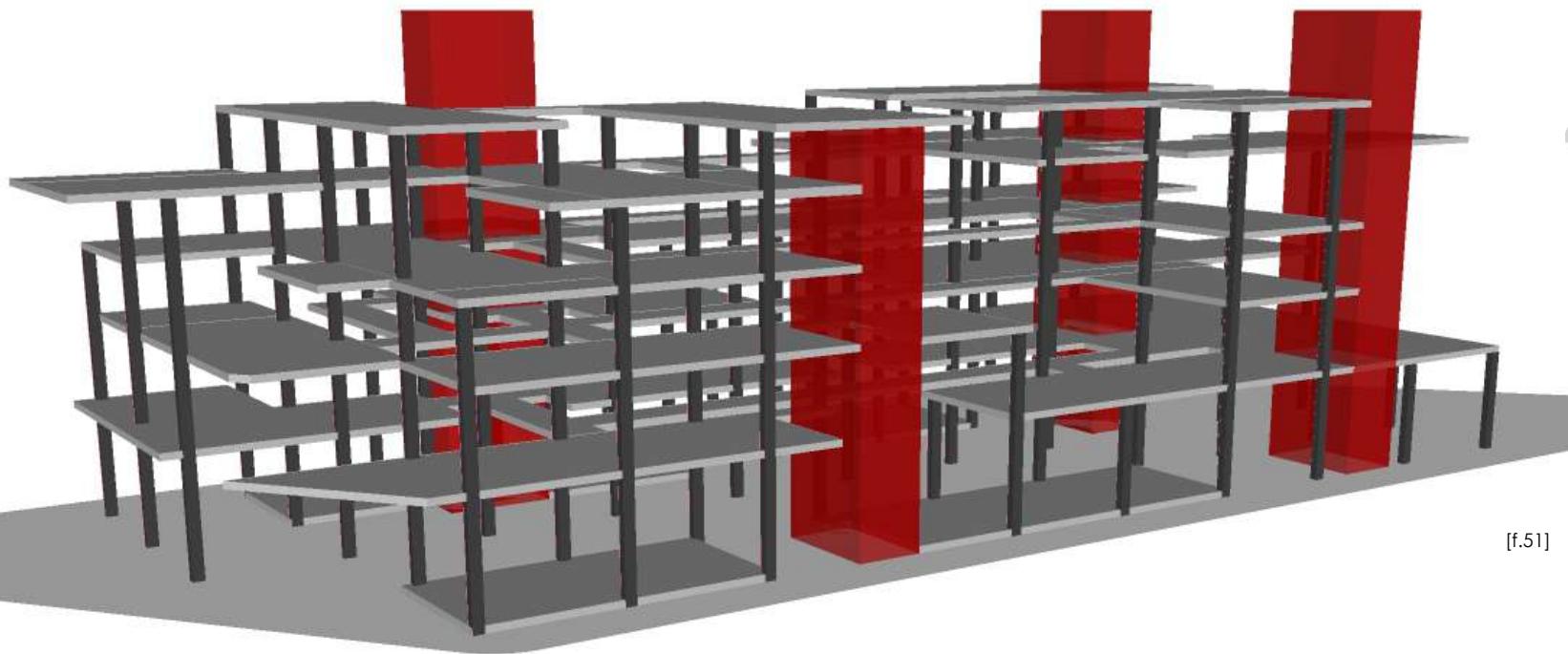
Assim tem-se, no último pavimento, a Reclusão Máxima 1, blocos de concreto aparente branco com um único rasgo de fora a fora (f.46). Com isso a entrada de luz é mais controlada, fortalecendo ainda mais a proposta dessa fase da reclusão: a reflexão.

A fase subsequente, de Reclusão Máxima 2 a entrada da luz ainda é controlada mas na materialidade já se reflete um pouco mais de porosidade. Os blocos desse pavimento são feitos também de concreto branco aparente mas, ao invés de um único rasgo, existem vários pequenos rasgos em toda a fachada (f.47).

As duas etapas abaixo, Reclusão Média 1 e Média 2, 4º e 3º pavimento respectivamente, o concreto aparente dá lugar à chapas metálicas perfuradas, também na cor branca (f.48). Essas chapas garantem melhor circulação do ar e também maior iluminação visto seus grandes vãos. Essa é a etapa preparatória, onde o interno consegue se sentir mais "livre", visto que o material passa de extremamente rígido para algo mais poroso, que permite vislumbrar além das fachadas.

Por fim, e coroando o momento da Reclusão Mínima, 1º pavimento, em regimes aberto e semi-aberto, os blocos são revestidos com vidro duplo na cor fumê (f.49). A leveza do vidro mostra aos internos que é chegado o momento da liberdade real, e que ali, nessa fase da reclusão, é só uma preparação para a vida fora da instituição.

O revestimento usado na praça é o mesmo utilizado no 3º e 4º pavimento, a chapa metálica perfurada branca (f.50). Isso para dar a ideia de coesão e continuidade visual nas fachadas da edificação.



[f.51]

A Estrutura

A estrutura estabelecida para o projeto consiste em lajes nervuradas, escolhidas por oferecerem a possibilidade de vencer grandes vãos, e também pelo seu custo reduzido, visto que gasta cerca de 40% a menos de concreto e aço. Essas lajes descarregam em vigas, que em sequência descarregam nos pilares até que todo esse esforço chegue na fundação. O tipo de fundação escolhida nesse projeto foi a sapata combinada com estacas hélice contínua.

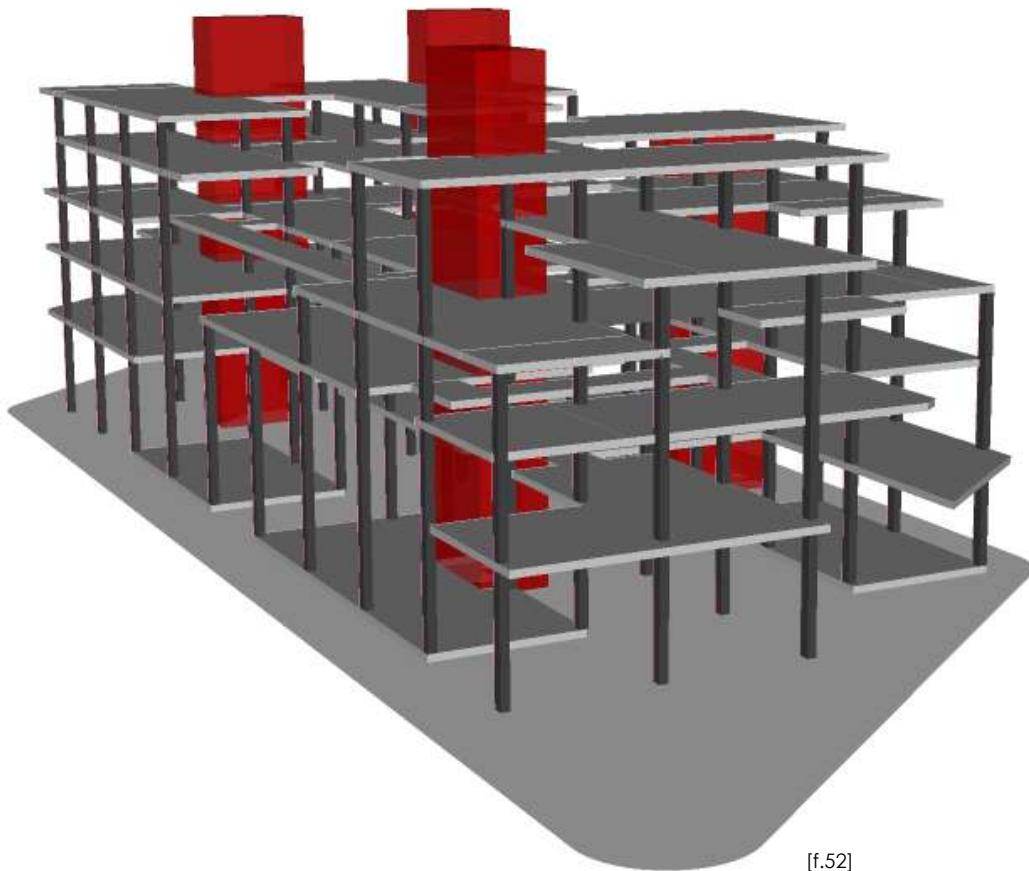
Em relação ao dimensionamento da seção dos pilares, o mesmo foi feito com base nos gráficos de Yopanan Rebello (2000, p.102, 114 e 166). Com a análise do gráfico foi possível chegar em um pilar com as dimensões de 80 x 60 centímetros e uma laje com 30 centímetros de espessura, visto o porte do projeto.

Uma vez feito o dimensionamento,

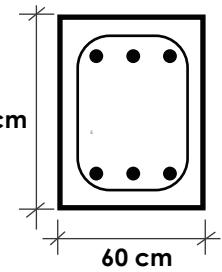
a distribuição dos pilares foi feita seguindo uma malha estrutural de 10 x 10 metros. Isso para otimizar o espaço tanto na praça, como no subsolo e até nos pavimentos edificados.

Ainda em relação aos pilares, a aparência dos mesmos foi mantida tal como foi construída, e com isso, se criou uma linguagem geral coesa entre os materiais que compõem a edificação.

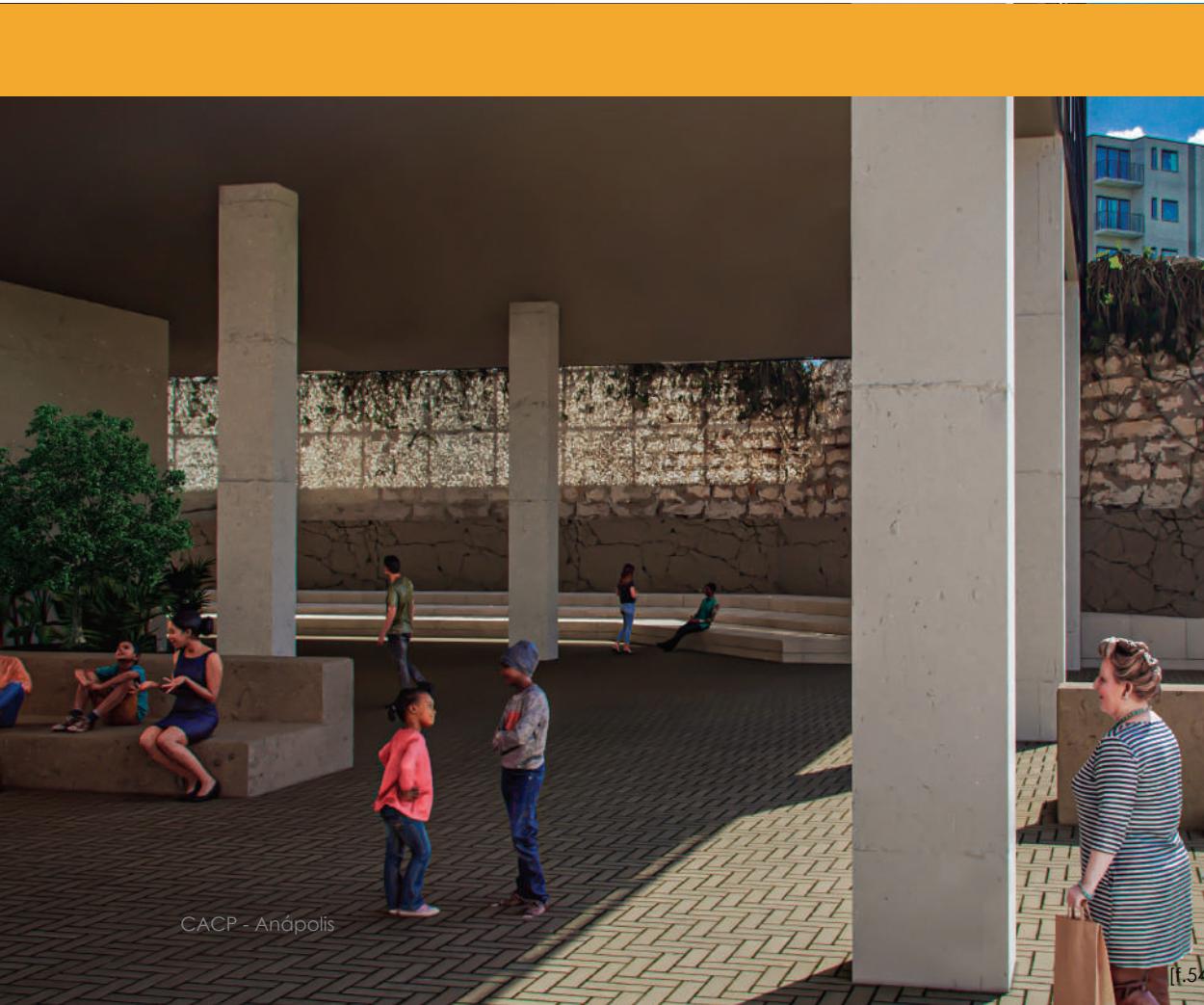
Além da estrutura já mencionada anteriormente há ainda 4 caixas de circulação, compostas por 3 elevadores e uma escada de emergência, (cada uma), que ajudam a dar ainda mais estabilidade à construção, visto que são estruturas rígidas acopladas ao edifício. Essas caixas foram dispostas no terreno de forma a garantir o acesso a todos os pavimentos e também, foi colocada em pontos estratégicos, para reforçar a estrutura.



[f.52]



[f.53]



LEGENDAS:

[f.45] . Imagem do Projeto. Produção: Laryssa Balduino.

[f.46] Detalhe do Concreto. Produção: Laryssa Balduino.

[f.47] Detalhe de Concreto com Rasgos. Produção: Laryssa Balduino.

[f.48] Detalhe da Chapa Metálica. Produção: Laryssa Balduino.

[f.49] Detalhe do Vidro. Produção: Laryssa Balduino.

[f.50] Detalhe da Chapa Metálica. Produção: Laryssa Balduino.

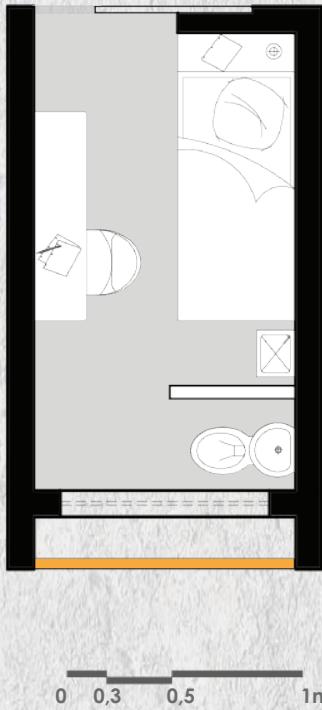
[f.51 e 52] Diagramas da Estrutura. Produção: Laryssa Balduino.

[f.53] Diagrama da Seção de Corte dos Pilares. Produção: Laryssa Balduino.

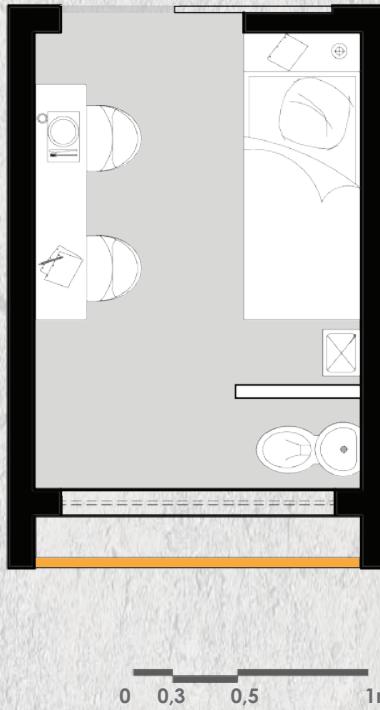
[f.54] Imagem da Praça com os Pilares Aparentes. Produção: Laryssa Balduino.

Os Dormitórios

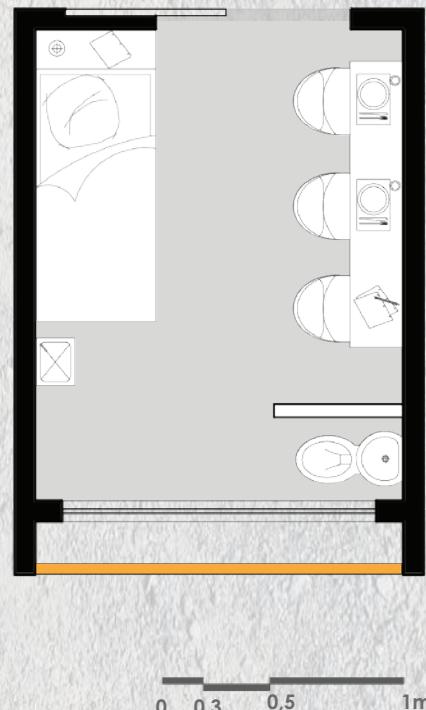
INDIVIDUAL



DUPLO



TRIPLO



0 0,3 0,5 1m

0 0,3 0,5 1m

0 0,3 0,5 1m

Os dormitórios, como mencionado anteriormente, foram divididos em 4 tipologias diferentes. Sendo eles: individuais, duplos, triplos e até quádruplos. Os modelos individuais foram locados no pavimento da Reclusão Máxima 1 e Máxima 2, onde ocorre a preparação do apenado para novas oportunidades. Já os duplos estão localizados nos pavimentos da Reclusão Máxima 2 e Média 1. Os triplos por sua vez se encontram apenas no pavimento da Reclusão Média 1 e os dormitórios quádruplos podem ser encontrados tanto na Reclusão Média 2 como também na Reclusão mínima.

A proposta é que se siga sempre a progressão descendente, porém, em caso de descumprimento de alguma das regras de cada fase, o apenado pode ter uma regressão no seu processo. Ou seja, ele pode voltar aos estágios anteriores da reclusão e assim perder todos os benefícios que já desfrutava, estando em um estágio mais

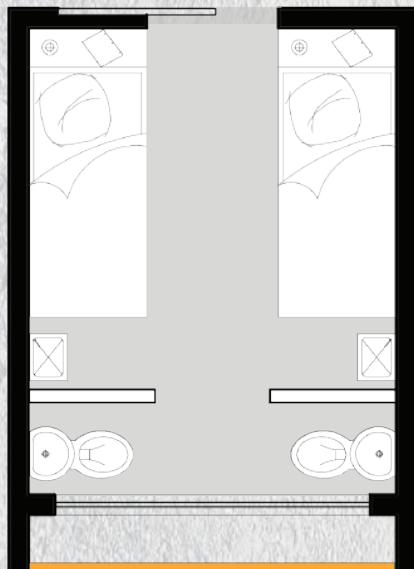
avançado da reclusão.

A determinação da área de cada um dos modelos foi feita embasada nas diretrizes básicas para arquitetura prisional, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O documento se refere às áreas mínimas indispensáveis para cada tipo de espaço penitenciário.

Segundo as diretrizes básicas uma "cela individual" deve ter área mínima de 6m² e uma cubagem mínima de 15m³. Mas, tendo em vista o layout necessário para oferta de uma qualidade de vida digna (com cama, sanitário, bebedouro e mesa para estudos e refeições), constatou-se que o mínimo, para esse tipo de dormitório, seria 11m². Assim, é essa a metragem dos dormitórios individuais da proposta projetual.

Já em relação às "celas duplas" a diretriz prevê, no mínimo, 7m². Na nova edificação os dormitórios duplos, com 13m², contam com beliche, para maior otimização do espaço, mesa dupla para estudos e

QUÁDRUPLO



Estágio	Pavimento	Metragem (m ²)	Capacidade
Reclusão Máxima 1	5º Pav.	1.322	75 pessoas
Reclusão Máxima 2	4º Pav.	1.805	110 pessoas
Reclusão Média 1	3º Pav.	1.794	100 pessoas
Reclusão Média 2	2º Pav.	2.108	135 pessoas
Reclusão Mínima	1º Pav.	2.300	130 pessoas
Praça	Térreo	1.384	—
Subsolo	—	5.800	—
TOTAL		16.513 m²	550 pessoas

[f.55]

refeições, sanitário, bebedouro e ainda um armário suspenso, sob a escrivaninha, para armazenamento de objetos pessoais.

A “cela tripla”, ainda seguindo as diretrizes básicas para arquitetura prisional, deveria ter no mínimo 7,70m². Como esse espaço se mostra insuficiente para 3 pessoas, adotou-se então a medida de 14,5m².

Por fim, as celas quádruplas, conforme determina a diretriz, devem contar com, no mínimo, 8,40m². Expandiu-se então essa metragem para 14m². Pois existe a necessidade de mais espaço porém, nesse estágio as oportunidades de estudo e trabalho são maiores e, portanto, a tendência é permanecer o menor tempo em dormitórios.

Essa regulamentação também foi levada em consideração para o cálculo das áreas de sol / pátios. Foi seguido o recomendado, de 6m² mínimos, acrescido de 1,50 m² por cada nova pessoa. E, como a capacidade difere de bloco para bloco, não há um valor exato para os pátios.

Consequentemente, os mesmos têm diferentes formas e tamanhos.

Com este trabalho espera-se que abram cada vez mais debates sobre essa temática dentro das escolas de arquitetura. Só assim surgirão novas alternativas à arquitetura penal, hoje tão segregadora e maléfica para todos. O arquiteto deve estar diretamente ligado com demandas sociais, visto que o mesmo trata de espaços tão importantes para as cidades. E, com a ferramenta de “projeto” em mãos pode contribuir para melhoria de espaços em várias esferas.

Esse trabalho é apenas uma amostra de que é possível sim quebrar esse estigma que envolve detentos, ex-detentos e centros de detenção. Esse é um problema de toda a sociedade, e como tal, não deve ser varrido pra debaixo do tapete, mas sim ter a participação e empenho de todos nesses processos.

LEGENDAS:
 [f.55] Tabela com Dados Gerais do Projeto e Capacidade de Cada Estágio.

[f.56] Imagem do Projeto. Produção: Laryssa Balduíno.

[f.57] Imagem da Maquete Física do Projeto. Produção: Laryssa Balduíno.





Referências

BARATTA, Alessandro. *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado*. Alemanha. Disponível em: www.danielafeli.dominiotemporario.com/doc/ALESSANDRO%20BARATTA%20Ressocializa%C3%A7%C3%A3o%20ou%20controle%20social.pdf. Acesso em: Novembro, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. *Diretrizes Básicas para a Arquitetura Prisional*. Revisão Técnica: Gisela Maria Bester. Brasília: CNPCP, 2011.

BRASIL. Lei n. 7.210, de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acessado em: Janeiro, 2020.

BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*, Dezembro 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acessado em: Março, 2020.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1973)*. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; 2015.

GARLAND, David. *As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico*. *Revista de Sociologia e Política*, v.13, p. 59-80, Curitiba, 1999.

HARDT, Michael, *A sociedade mundial de controle*. In: ALLIEZ, E. (Org.) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

REBELLO, Yopanan C. P. “*A Concepção Estrutural e a Arquitetura*”. Zigurate Editora. São Paulo, 2000.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social (1939)*. 2 ed. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SILVA, Haroldo Caetano. *Sobre Violência, Prisões e Manicômios*. *Revista Responsabilidades*, v.3, n.2. Belo Horizonte, 2013.



OBRIGADA!

